

OMS reforça importância da vacinação contra covid-19

Internacional

Pág.05

“A covid-19 ainda se faz presente em nossas vidas”, ressaltou Maria Van Kerkhove, diretora técnica de Preparação e Prevenção de Epidemias e Pandemias da OMS, durante uma coletiva de imprensa realizada em Genebra, na Suíça. A epidemiologista informou que houve um aumento médio de pelo menos 10% nos casos da doença em 84 países, desconsiderando os casos não reportados. Um dos

cenários mais preocupantes é o da Europa, onde o aumento registrado foi de 20%. As autoridades estavam apreensivas com a possibilidade de um crescimento nos casos durante o inverno no Hemisfério Norte, mas não previam isso para o verão. Em Paris, por exemplo, pelo menos 40 atletas que participam dos Jogos Olímpicos testaram positivo para covid-19 ou outras infecções respiratórias.

(Foto: Jonathan Campos/A EN)



Saúde reforça importância da continuidade da vacinação com o fim do estado de emergência da Covid-19.

Esportes

Pág.08

“Paris sem ouro: Jamaica tem pior desempenho em competições desde Montreal-1976

Internacional

Pág.05

OMS alerta para aumento da covid-19 no mundo e reforça necessidade de vacinação

Política

Pág.03

Barroso se desculpa à Maria da Penha pela omissão da Justiça brasileira

Durante a abertura da 18ª Jornada Lei Maria da Penha, ontem, 7, numa escola do DF, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, fez um pedido de desculpas inédito em nome

do poder judiciário à biofarmacêutica Maria da Penha pela omissão e demora da Justiça brasileira em julgar o agressor que tentou assassiná-la por duas vezes em 1983.

(Foto: Reprodução)



Projeção é de crescimento de 3% no faturamento, chegando próximo a R\$ 63 bilhões, segundo FecomercioSP

Um sinalizador de tendência para todo o País, a projeção da FecomercioSP indica que as compras de presentes para o Dia dos Pais deste ano devem elevar o faturamento do varejo em 2,7% na capital paulista em agosto e em 1,6% no Esta-

do. Os setores do varejo mais sensíveis à data devem faturar cerca de R\$ 24,8 bilhões, valor que, de acordo com a área econômica da entidade, representará uma alta de R\$ 400 milhões no faturamento. As atividades mais impactadas

pelo Dia dos Pais são eletrodomésticos, eletrônicos e lojas de departamentos, roupas e calçados e farmácias e perfumarias. A previsão da FecomercioSP é que esses três setores somem uma receita de R\$ 8,9 bilhões no mês.

Economia

Pág.04

CNA denuncia dumping do leite em pó argentino contra o brasileiro

Em petição protocolada no MDIC com requisição de regime de urgência, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao governo que investigue a prática

de dumping contra o leite em pó da Argentina. A entidade alega que a produção do país vizinho é subvencionada, o que gera distorções ao mercado.

Contexto Jurídico

Pág.10

Decisão do Supremo favorece Itaipu Binacional na questão das terras indígenas

Leis e Projetos

Pág.02

Polêmica na sociedade: proposta autoriza busca em residências sem ordem judicial

VARÍOLA DOS MACACOS

O QUE É A DOENÇA?

A varíola dos macacos é uma doença causada pelo vírus monkeypox, que pertence à mesma família (poxvírus) e gênero (ortopoxvírus) da varíola humana. A varíola humana, no entanto, foi erradicada do mundo em 1980, e era muito mais letal

TRANSMISSÃO

- 

Contato com lesões
- 

Gotículas respiratórias
- 

Fluidos corporais
- 

Materiais contaminados

A transmissão ocorre independentemente da orientação sexual de quem está infectado

SINTOMAS INICIAIS

- Febre
- Dor de cabeça
- Dores musculares
- Dor nas costas
- Gânglios (linfonodos) inchados
- Calafrios
- Exaustão

Dentro de 1 a 3 dias (às vezes mais) após o aparecimento da febre, o paciente desenvolve uma erupção cutânea, geralmente começando no rosto e se espalhando para outras partes do corpo

Política

Pág.03

Governadores do NE pedem compensação aos Estados menos endividados

“Não é justo que Estados menos endividados, que fizeram seu dever de casa, não sejam contemplados” de forma completa no PL de renegociação das dívidas

dos Estados com a União, apontou ontem, 7, a governadora do RN, Fátima Bezerra (PT). Os governadores do NE estão propondo ao presidente do Senado,

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aumento do fundo de equalização a ser criado e mudanças nos critérios de distribuição desse dinheiro.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE



SUS registra 107 interações diárias por atropelamentos  
<https://shre.ink/DWKN>

Internacional

Pág.05

Bangladesh: presidente dissolve parlamento para substituir primeira-ministra que renunciou

Esportes

Pág.08

Derrota de Calderano para francês entristece fãs brasileiros de tênis de mesa

Economia

Pág.04

Poupança registra retirada líquida de R\$ 908,6 milhões em julho

Internacional

Pág.05

Oposição denuncia prisão de líder e Maduro justifica as 2 mil prisões

Política

Pág.03

Juiz contraria parecer do MPF e liberta Eurípides do Solidariedade

Economia

Pág.04

Custo de vida na RMSP desacelerou para alta de 0,11% em junho

Lançamentos

Pág.13

Primavera dos livros e feira do livro periférico reúnem 50 editoras

Tecnologia

Pág.11

Inteligência Artificial eleva a experiência do cliente em serviços online

Esportes

Pág.08

EUA nadam contra a maré: treino inovador no Sena sem contato com água

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R\$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,21%
IGP-M (FGV) - mês	0,61%
IPC (FIPE) - mês	0,06%
TR pré	0,0742%
Taxa básica financeira - TBF	0,8425%
Ibovespa (pontos)	127.513
Poupança (mês)	0,57%
CDB pré 30 dias - ano	10,10%
CDB pré 90 dias - ano	10,19%
CDI acumulado - mês	0,16%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R\$ 5,6240/R\$ 5,6250
Dolar turismo	R\$ 5,6620/R\$ 5,8420
Euro turismo	R\$ 6,1430/R\$ 6,1430





LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Projeto define regras para consultas a processo trabalhista

O Projeto de Lei 1016/24 estabelece diretrizes para o acesso público a processos trabalhistas. As consultas devem permitir a localização e identificação de dados básicos a partir dos números do processo, dos nomes dos advogados e do registro do processo junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No entanto, será proibida a pesquisa pelos nomes ou CPF das partes envolvidas no processo.

As partes devem autorizar qualquer divulgação de informações sobre seu processo por entidades públicas ou privadas, exceto para publicações oficiais do Judiciário.

“**Lista Suja**” - De acordo com o deputado Felipe Saliba (PRD-MG), autor da proposta, desde 2010, a Justiça brasileira tem buscado impedir buscas genéricas sobre autores de processos trabalhistas a partir de nome ou CPF, para evitar a criação de “listas sujas” de empregados. A chamada “lista suja” identifica trabalhadores que, em algum momento, recorreram à Justiça do Trabalho para reivindicar seus direitos trabalhistas.

“Funciona como um me-

canismo que ameaça e torna dóceis os candidatos a uma vaga de trabalho, temerosos de exercerem, ao longo de suas vidas laborais, seus direitos garantidos pela constituição e pelas leis”, critica Saliba.

**Punições** - Quem descumprir as regras previstas no Projeto de Lei 1016/24 pode ser punido com advertência e até suspensão das atividades da entidade em caso de reincidência. Há ainda previsão de multa de até 2% do faturamento da empresa, limitado a R\$ 50 milhões por infração.

**Proteção ao Trabalhador** - Saliba afirma que o projeto incorpora à lei os atos infralegais que atualmente protegem os trabalhadores, garantindo que os dados só sejam públicos com autorização específica da parte. “As sanções são inspiradas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, para combater atentados à privacidade e dignidade humanas por bancos de dados”, explica Saliba.

**Próximos Passos** - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, também precisará ser aprovada pelo Senado.

Projeto cria programa de combate à desnutrição de paciente com câncer

O Projeto de Lei 1862/24 propõe a criação do Programa Nacional de Combate à Desnutrição Oncológica, com o objetivo de garantir nutrição adequada para pacientes com câncer de baixa renda. O texto, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, adiciona essa medida à Lei 14.758/23, que instituiu a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer.

De acordo com a proposta, o novo programa seguirá as seguintes diretrizes:

- Rastreamento de déficits nutricionais antes e durante o tratamento;
- Acompanhamento do estado nutricional;
- Concessão de ajuda de cus-

to para a aquisição de alimentos ou suplementos durante o tratamento, quando houver indicação técnica.

“Estudos mostram que, já no diagnóstico, até 80% dos pacientes com câncer apresentam desnutrição, situação que se agrava ao longo do tratamento e pode levar a um pior prognóstico”, afirma o autor do projeto, deputado Benes Leocádio (União-RN).

**Próximos Passos** - A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, também precisará ser aprovada pelo Senado.

Proposta permite usar a Cide-combustíveis para subsidiar tarifas de transporte público

O Projeto de Lei 1295/24, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, propõe que os recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis sejam utilizados para subsidiar as tarifas do transporte público coletivo de passageiros, com o objetivo de reduzir o preço das passagens.

A Cide-combustíveis é um tributo aplicado sobre a importação e comercialização de derivados de petróleo, gás natural e etanol. Atualmente, a arrecadação é destinada a diversos fins, incluindo o financiamento de programas de infraestrutura de transportes e o pagamento de subsídios embutidos nos combustíveis.

**Reforma** - O deputado Fred Linhares (Republicanos-DF), autor do projeto, destaca que a reforma tributária

(Emenda Constitucional 132) permite o uso da Cide para subsidiar o transporte coletivo. A proposta visa implementar essa regra constitucional.

“É importante salientar que esses recursos poderão ser utilizados não apenas por estados e municípios, mas também pela União, que poderá direcioná-los para subsidiar passagens do transporte interestadual de caráter urbano, como aquele prestado no âmbito das Rides [Regiões Integradas de Desenvolvimento]”, afirmou Linhares.

**Próximos Passos** - O PL 1295/24 será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Urbano; Viação e Transportes; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, também precisará ser aprovado pelo Senado.

Proposta autoriza busca domiciliar sem mandado judicial

O Projeto de Lei 1118/24 permite a realização de buscas domiciliares sem a necessidade de mandado judicial ou consentimento do morador. De acordo com o texto, a busca pode ser justificada se o policial ou juiz presenciar situações como fuga, resistência, desacato, infração de trânsito, uso ou posse de drogas ou armas. Além disso, a busca é autorizada se a pessoa estiver acompanhada de outras pessoas envolvidas em crimes.

Durante a busca, se forem encontrados papéis, objetos ou armas que indiquem a prática de um crime, o suspeito será preso em flagrante e os itens serão apreendidos.

O projeto também autoriza revistas pessoais pelos mesmos motivos que justificam a busca domiciliar. A presença de uma pessoa em um prédio ou região conhecida pela prática de crimes também justifica a revista, que pode ser realizada durante a busca domiciliar, sem necessidade de mandado judicial.

A proposta, apresentada pelo deputado General Pazuello (PL-RJ), introduz várias mudanças no Código de Processo Penal (CPP) e no Código Penal. Atualmente, a lei exige um mandado judicial para buscas domiciliares e oferece menos possibilidades para revistas pessoais baseadas em fundada suspeita.



General Pazuello, autor da proposta.

Segundo Pazuello, a proposta visa esclarecer as normas processuais para eliminar dúvidas, omissões, incongruências e inadequações que resultam em interpretações conflitantes pelos tribunais. “A proposta busca evitar que diferenças interpretativas causem nulidades nos processos, levando à soltura de presos perigosos”, afirma ele na justificativa do projeto.

**Reconhecimento Facial** - O texto autoriza o uso de sistemas

de reconhecimento facial por inteligência artificial como prova de crimes, tanto no inquérito policial quanto no processo judicial. Em caso de irregularidades no sistema, o reconhecimento presencial dos suspeitos deve ser realizado. Mesmo assim, o reconhecimento facial pode ser aceito como indício, desde que haja outros elementos que sustentem a suspeita.

**Recurso Policial** - A polícia poderá recorrer de decisões judiciais que neguem pedidos

de prisão preventiva, concedam liberdade provisória ou relaxem prisões em flagrante, entre outros pontos, em até 15 dias após o prazo para o Ministério Público recorrer. Atualmente, o CPP não prevê esse tipo de recurso.

**Próximos Passos** - A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Se aprovada, seguirá para o Senado.

Projeto cria a Fundação de Amparo à Enfermagem Brasileira



Deputada Professora Luciene Cavalcante, autora da proposta.

O Projeto de Lei Complementar 57/24 propõe a criação da Fundação de Amparo à Enfermagem Brasileira. Conforme o texto, a estruturação da funda-

ção será definida por resolução do Conselho Federal de Enfermagem.

A proposta prevê que o financiamento da fundação será

realizado por meio de consignações no orçamento do Conselho Federal de Enfermagem, incluindo valores provenientes de anuidades e outras fontes

estabelecidas por lei ou ato normativo.

A deputada Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP), autora do projeto, destaca que o objetivo é incentivar programas de ensino e pesquisa na área da Enfermagem, além de promover estudos e análises técnicas relacionadas à saúde.

“Nosso intuito é aprimorar a prestação de assistência de enfermagem e contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde. Também queremos promover programas de apoio à categoria, realizar e apoiar eventos científicos para o desenvolvimento da enfermagem, entre outras atividades correlatas”, afirmou a deputada.

O projeto será analisado em regime de prioridade pelas comissões de Saúde; de Finanças e Tributação; de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para votação no Plenário. Para se tornar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

PL permite que abrigos para animais obtenham certificado de entidade beneficente

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 38/24 propõe que instituições de acolhimento de animais possam ser certificadas como entidades beneficentes, garantindo-lhes imunidade tributária. O texto, atualmente em análise na Câmara dos Deputados, modifica a Lei Complementar 187/21, que define as condições para que entidades beneficentes obtenham isenção de contribuições para a Seguridade Social, conforme previsto na Constituição.

Segundo a proposta, abrigos para animais poderão ser incluídos entre as entidades que oferecem ações e serviços de saúde, desde que atendam aos requisitos da Lei Complementar 187 e possuam registro na Vigilância Sanitária. Serão beneficiadas as instituições que acolhem animais errantes, feridos ou doentes encontrados em vias públicas, além de atuarem na prevenção de doenças, zoonoses e agravos à saúde humana causados por animais, por meio de atividades de recepção, tratamento, manutenção e destinação.

“Reconhecer e fortalecer as ações preventivas e de controle



O autor da proposta, deputado Gutemberg Reis.

realizadas por essas entidades é essencial para garantir a saúde pública”, afirmou o autor da proposta, deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ). Ele destacou que, de acordo com o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Esta-

do de São Paulo, existem mais de 200 tipos de zoonoses, sendo que mais de 60% das doenças infecciosas humanas têm origem em animais.

**Próximos Passos** - O projeto será analisado pelas comissões de

Saúde; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para votação no Plenário da Câmara. Para se tornar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa

Diretor

Marcos Henrique

Comercial

www.diariodenoticias.com.br

site

Amayury Marques

Administração

Elaine Fernandes

Financeiro

Valter Lana

Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br

e-mail

Contato: 55 11 5584-0035

marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA

Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B

Jd. Paulista - Cep. 01407-200

CNPJ nº 00.559.976/0001-07

São Paulo - SP

Administração:

Rua Samuel Morse, 120, cj. 81

Cidade Monções - Cep. 04576-060

São Paulo - SP

ICP

Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Fundação Vanzolini

Selo de Tiragem

Seio de Autenticação

Certificado por IBUCT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>

Certificado por IBUCT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Governadores do Nordeste propõem a Pacheco alterações em PL das dívidas dos Estados

Governadores do Nordeste propuseram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), alterações no projeto de lei de renegociação das dívidas dos Estados com a União, entre elas o aumento do fundo de equalização a ser criado e mudanças nos critérios de distribuição desse dinheiro. Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), Pacheco “foi sensível” às sugestões e vai discuti-las com os senadores até a semana que vem.

“É legítimo que Estados endividados pleiteiem a renegociação da dívida, mas é necessário que os Estados menos endividados sejam também contemplados nesse processo de renegociação, sob pena de agravar cada vez mais as desigualdades do ponto de vista regional e socioeconômico”, disse Fátima.

A governadora disse que “não é justo que Estados menos endividados, que fizeram seu dever de casa, no processo de renegociação, não sejam contemplados” de forma completa no texto. As duas principais sugestões foram um aumento no tamanho do fundo de equalização e que os critérios de

(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)



Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), Pacheco “foi sensível” às sugestões e vai discuti-las com os senadores até a semana que vem.

distribuição sigam as regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que leva em conta as desigualdades regionais e repassa mais recursos a Estados mais pobres.

Os governadores do Nordeste sugeriram que o indexa-

dor da dívida dos Estados com a União possa ser reduzido em 2 pontos porcentuais (e não em 1 ponto porcentual, como propôs Pacheco) desde que esse dinheiro seja destinado a um fundo de equalização. Na prática, os Estados pagariam os

juros, mas receberiam de volta parte do dinheiro por meio desse fundo.

Na terça-feira, 6, Pacheco estimou que o fundo de equalização possa ter cerca de R\$ 7 bilhões ao ano, dado que a dívida ultrapassa os R\$ 700 bilhões.

Presidente do STF, Barroso pede desculpas à Maria da Penha por omissão



(Foto: José Cruz/Agência Brasil)

Ato atende recomendação da CIDH feita ao Estado há 23 anos.

O presidente do STF e do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, fez um pedido de desculpas inédito em nome do poder judiciário à biofarmacêutica Maria da Penha pela omissão e demora da Justiça brasileira em julgar o agressor que tentou assassiná-la por duas vezes em 1983.

“Eu gostaria de dizer à Ma-

ria da Penha, em nome da Justiça brasileira, que é preciso reconhecer que no seu caso ela [a Justiça] tardou e foi insatisfatória e, portanto, nós pedimos desculpas em nome do Estado brasileiro pelo que passou e pela demora.”

O pedido formal de desculpa cumpre uma das recomendações feitas ao estado brasileiro

pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) há 23 anos.

A declaração do presidente do STF ocorreu durante a abertura da 18ª Jornada Lei Maria da Penha, evento com duração de dois dias, em uma escola pública no bairro Sol Nascente, no Distrito Federal, a 35 quilômetros do centro de Brasília.

Presente ao evento, Maria da Penha agradeceu à ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, por propor que a casa onde residia e onde sofreu as duas tentativas de assassinato, seja convertida em um memorial para marcar o combate à violência doméstica e familiar.

“O medo não me faz recuar, pelo contrário. Avanço mais e mais na mesma proporção desse medo. É como se o medo fosse uma coragem ao contrário. E possamos avançar por mais 18 anos por uma vida sem violência.”

A ministra das Mulheres, por sua vez, pediu engajamento da sociedade brasileira para erradicar os crimes de feminicídio no país, como parte da estratégia de campanha do governo federal.

A ativista pelo fim da violência contra a mulher, Maria da Penha Maia Fernandes, que há 18 anos dá nome Lei nº 11.340/2006, se manifestou, ontem (7), pelas redes sociais sobre o aniversário da legislação que tipificou a violência doméstica e familiar contra mulheres como crime. Em 1983, ela sofreu duas tentativas de homicídio pelo marido, em Fortaleza, no Ceará.

Marçal registra candidatura em SP e declara patrimônio de R\$ 193 milhões, quase o dobro de 2022

O candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) declarou um patrimônio de R\$ 193.503.058,17 ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O valor quase dobra a declaração apresentada pelo empresário na eleição de 2022.

Naquela ocasião, quando tentou a Presidência da República e, depois, se candidatou a deputado federal, Marçal declarou um patrimônio de R\$ 96.942.541,15.

Isso significa que, em dois anos, o patrimônio declarado do ex-coach aumentou em 99,6%.

**Investimentos e aplicações financeiras** - O bem de maior valor na declaração é a cota de 80% na empresa Aviation Participações, equivalente a R\$ 80.000.00,00.

As aplicações financeiras contribuem para crescer o patrimônio declarado de Marçal: somada, a carteira de investimentos do candidato, que inclui letras de crédito e cotas em fundos de investimentos, foi declarada em R\$ 106.193.724.

O ex-coach também declarou R\$ 625.920,54 em aplicações de renda fixa, como CDBs e RDBs.

Por outro lado, Marçal diz possuir apenas R\$ 20 em sua conta corrente do Banco Itaú.

Também está declarado um saldo de R\$ 15 mil em uma conta corrente da corretora XP Investimentos.

**Outros bens** - Marçal declarou possuir uma sala em um prédio comercial em Goiânia, capital de Goiás. O conjunto foi declarado em R\$ 100 000.

Alcolumbre diz que pautará PEC da Anistia no dia 14 e pedirá votação no mesmo dia no Plenário

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), disse que pretende pautar na próxima quarta-feira, 14, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê perdão a dívidas de partidos políticos decorrentes de punições por descumprimento de cotas raciais e de gênero nas eleições e um programa de refinanciamento fiscal (Refis) para as siglas.

Alcolumbre afirmou ainda que pretende votar a proposta na própria quarta-feira tanto na comissão e quanto pedir ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que a PEC seja votada no Plenário da Casa em dois turnos no mesmo dia.

“Estou voltando hoje, aqui, na volta do recesso, para avisar que esta PEC estará incluída na pauta da próxima quarta-feira, para deliberação da comissão. E eu vou apresentar pessoalmente um requerimento de urgência, para que a gente possa, na própria quarta-feira, levar essa matéria para o plenário”, disse Alcolumbre durante sessão da CCJ.

O senador alegou que a PEC

precisa ser votada o quanto antes “para resolver esse impasse que vai se dar no processo eleitoral para a candidatura de 5.570 prefeitos, de centenas de milhares de vereadores”.

“Essa matéria é muito importante para a gente regularizar a situação dos partidos políticos do Brasil e, ao final do dia, para regularizar a situação da votação e da eleição municipal no Brasil”, declarou o parlamentar.

Alcolumbre afirmou que se comprometeu a não incluir a proposta de última hora e que cumpriria esse acordo. Por isso, anunciou com uma semana de antecedência a data de votação da PEC.

“Eu fiz o compromisso de não incluir extrapauta, mas estou avisando hoje que vai ser deliberado na quarta-feira que vem, eu vou apresentar um requerimento de urgência de minha autoria para levar, na mesma quarta-feira, para o plenário e eu vou solicitar ao presidente Rodrigo Pacheco que faça a votação, no mesmo dia, em dois turnos, desta proposta no plenário do Senado Federal”, disse o senador.

Bolsonaro arrecadou R\$ 1,2 mi com prêmios de atletas olímpicos; tributação ocorre há 50 anos

A cobrança de impostos sobre premiações recebidas por atletas brasileiros em Olimpíadas se tornou alvo de disputa de narrativa política nas redes sociais durante os Jogos Olímpicos de Paris. Parlamentares e militantes bolsonaristas atribuem ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a alta taxação sobre as gratificações. Os descontos de Imposto Renda sobre as premiações existem, no entanto, há 50 anos. Durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, o órgão arrecadou R\$ 1,2 milhão com as premiações pagas nos Jogos de Tóquio, em 2021.

De acordo com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), os atletas do País receberam R\$ 4,6 milhões em premiações nas Olimpíadas de Tóquio. Foram 21 medalhas, ao todo (sete ouros, seis pratas e oito bronzes). Os valores pagos a cada atleta variam de acordo com a medalha conquistada e se a modalidade disputada é individual ou coletiva.

A Receita Federal prevê a cobrança de 27,5% sobre os valores das premiações recebidas por atletas em “competições desportivas, artísticas, científicas e literárias, exceto se outorgados através de sorteios”. A normal está em vigor desde 1974, de acordo com parecer técnico do órgão. Aplicada alíquota atual aos valores pagos pelo COB em 2021, a União arrecadou R\$1,26 milhão. A taxa de 27,5% é aplicada a rendimentos superiores a R\$ 4 664,68, desde 2015.

A cobrança dos tributos sobre as premiações é definida em lei. Logo, não podem ser alteradas por decisão do presidente da República. Os deputados federais precisam alterar a legislação que

determina os critérios para o pagamento de Imposto de Renda.

A disputa de narrativa e a exploração do tema por grupos políticos fez a Receita Federal se pronunciar publicamente sobre o tema. Nas redes sociais, o órgão lembra que “troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País” são isentos de impostos federais, como prevê o artigo 38 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007.

E acrescenta que a legislação prevê ainda a tributação sobre as demais remunerações. “Além das medalhas, os (as) atletas podem também receber remunerações pagas pelo comitê olímpico brasileiro, federações esportivas, clubes, empresas e outros patrocinadores, pela participação ou desempenho em eventos desportivos. Isso é tributado como qualquer outra remuneração de qualquer outro (a) profissional, desde que seja um valor superior ao da faixa de isenção do imposto de renda (hoje em dois salários mínimos)”, disse a Receita, ressaltando que “não pode dispensar o pagamento”. “Isso somente pode ser feito por meio de lei aprovada pelo Congresso Nacional.”

É o que pretende o deputado federal Luiz Lima (PL-RJ) que, antes de se tornar parlamentar, foi um ex-nadador olímpico. Ele participou da edição de 1996, em Atlanta (Estados Unidos) e da edição de 2000, em Sydney (Austrália).

Juiz solta Eurípedes do Solidariedade com tornozeleira

O juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, da 1ª Zona Eleitoral de Brasília, mandou soltar o presidente licenciado do Solidariedade Eurípedes Júnior, preso desde o dia 15 de junho por suposto desvio de R\$ 36 milhões do fundo Partidário. Ele terá que usar tornozeleira eletrônica, está proibido de entrar em qualquer sede do Solidariedade e não pode movimentar valores em contas mantidas no exterior.

Os advogados Fábio Toffic Simantob e Jose Eduardo Cardozo, que defendem o ex-dirigente do Solidariedade, alegam que “praticamente todas as acusações feitas pelo Ministério Público foram aterradas na defesa apresentada recentemente, de modo que a sultura era a única medida aguardada”.

Eurípedes é réu por supostos crimes de organização criminosas, falsidade eleitoral, apropriação indébita e peculato. O Ministério Público Federal levantou suspeitas do envolvimento do político não só com desvios com candidaturas laranja ou uso do dinheiro do Solidariedade-

(Foto: Reprodução/ @euripedesjuniorpros)



Ex-presidente do Solidariedade, Eurípedes Júnior; tem liberdade provisória concedida por Justiça do DF.

de para passeios internacionais de seus familiares, mas também com o ‘desmonte’ da sede e do parque gráfico do PROS e um suposto esquema de furto me-

dante fraude que teria resultado no ‘esvaziamento de contas da agremiação’.

A decisão assinada na noite de terça-feira, 6, atende um pe-

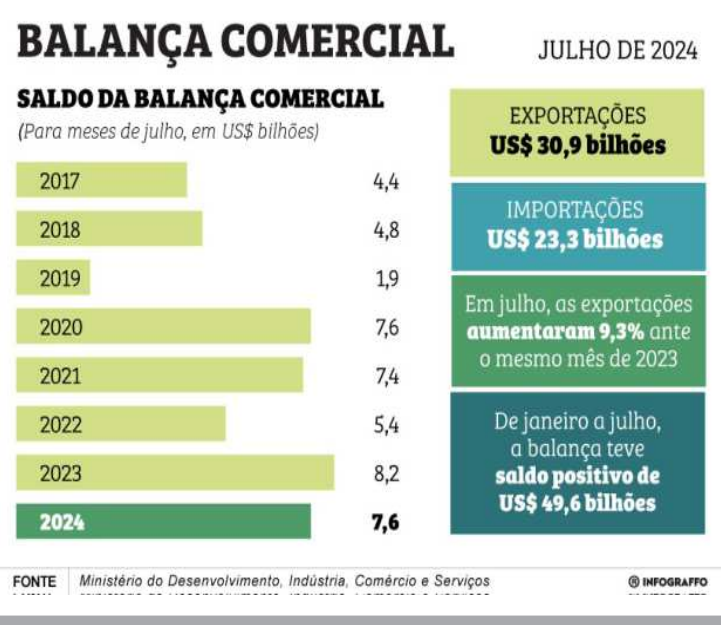
dido da defesa de Eurípedes e contraria parecer do MPF, que defendeu a manutenção da preventiva decretada na esteira da Operação Fundo no Poço.





ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL



MDIC: Automóveis apresentaram queda em importação motivado por queda de preço

O diretor de Planejamento e Inteligência Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, afirmou ontem, 6, que o setor de automóveis teve queda de importação no mês de julho, apesar do crescimento contínuo registrado ao longo do ano.

“A gente vem observando ao longo do ano um aumento muito grande na importação de automóveis, principalmente elétricos, mas em julho tivemos redução de 3,6% no valor motivado por queda de preço e um pequeno aumento de volume de 1%”, disse Brandão. Os dados

foram divulgados há pouco pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

“Nos primeiros sete meses do ano tivemos praticamente um aumento de 100% na importação de veículos, mas arrefeceu neste mês de julho, tivemos mudança de tarifa que acaba desestimulando importação de veículos”, explicou o diretor.

Brandão destacou ainda que os bens de capital registraram o maior crescimento (28,5%) em julho entre categorias de importação.

Já o combustível, segundo ele, foi a única categoria em queda de valor importado, disse.

Poupança tem saída líquida de R\$ 908,6 milhões em julho

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu, com o registro de mais saques do que depósitos no mês de julho. As saídas superaram as entradas em R\$ 908,6 milhões, de acordo com relatório divulgado ontem (7) pelo Banco Central (BC).

Em junho, foram aplicados R\$ 370,3 bilhões, contra saques de R\$ 371,2 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 5,4 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de R\$ 1 trilhão.

O resultado negativo de

julho contrasta com o do mês anterior, quando houve entrada líquida de R\$ 12,8 bilhões na caderneta. Já em relação a julho do ano passado, houve melhora. Naquele mês de 2023, os brasileiros sacaram R\$ 3,6 bilhões a mais do que depositaram na poupança.

No acumulado do ano, a caderneta tem resgate líquido de R\$ 3,7 bilhões.

Diante do alto endividamento da população, em 2023 a caderneta de poupança teve saída líquida de R\$ 87,8 bilhões.

CNA pede ao governo investigação de dumping contra leite em pó argentino

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pediu ao governo brasileiro investigação sobre a prática de dumping contra o leite em pó da Argentina. A petição foi protocolada no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) com requisição de regime de urgência, informou a entidade em nota. A confederação alega que a produção de leite argentina é subvencionada, o que gera distorções ao mercado.

O prazo máximo para abertura da investigação é de 90 dias. A CNA alega que a medida visa a correção dessas “distorções”. “Em que pese a prevalência do livre mercado, a Argentina, principal país de origem, responsável por metade do

volume, aplicou subsídios diretos à produção de leite, gerando artificialidade nos preços e concorrência desleal com o produto brasileiro”, disse o assessor técnico da Comissão Nacional de Pecuária de Leite, Guilherme Dias, na nota.

Para a CNA, a internalização de leite em pó subvencionado argentino prejudica a produção de leite nacional, reduz as margens dos pecuaristas e limita o crescimento do setor.

De acordo com a entidade, o Brasil importou o recorde de 2,18 bilhões de litros de lácteos em 2023, ante 4,29 bilhões de litros nos últimos três anos. O leite em pó é o principal produto lácteo importado, equivalente a 71% dos lácteos que entraram no País no ano passado.

IGP-DI de julho sobe 0,83% ante alta de 0,50% em junho, mostra FGV

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou alta de 0,83% em julho, após uma elevação de 0,50% em junho, divulgou ontem, 7, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado do indicador ficou acima do intervalo das previsões do mercado financeiro, que estimavam uma alta entre 0,55% e 0,80%, com mediana positiva de 0,68%, de acordo com as instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast.

Com o resultado, o IGP-DI acumulou variação positiva de 1,95% no ano. Em 12 meses, houve avanço acumulado de

4,16%. A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-DI. O IPA-DI, que representa o atacado, teve elevação de 0,93% em julho, ante uma alta de 0,55% em junho.

O IPC-DI, que apura a evolução de preços no varejo, subiu 0,54% em julho, após aumento de 0,22% em junho.

Já o INCC-DI, que mensura o impacto de preços na construção, teve elevação de 0,72% em julho, depois de 0,71% em junho.

O período de coleta de preços para o índice de julho foi do dia 1º ao dia 31 do mês.

Custo de vida na RMSP sobe 3,29% em 12M e indica inflação mais controlada, diz FecomercioSP

O custo de vida na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) aumentou 3,29% nos últimos 12 meses, conforme dados divulgados pela FecomercioSP. O Índice de Custo de Vida por Classe Social (CVCS) revelou uma variação de 0,11% em junho deste ano, representando uma desaceleração em relação aos 0,35% registrados em maio, também de 2024.

Segundo a Federação, esse aumento do custo de vida na RMSP indica uma “conjuntura de inflação ainda controlada no país”, que também aponta um maior controle dos preços.

O aumento do custo de vida foi mais acentuado entre famílias de renda mais alta, com variação de 0,14% em junho, enquanto para lares de rendimento mais baixo, as taxas foram de 0,08% para a classe E e 0,07% para a classe D.

**Preços por bens e serviços** - Os serviços e produtos relacionados à saúde foram os que mais pressionaram os preços, com um aumento de 6,58% nos últimos 12 meses, devido a reajustes nos convênios médicos e medicamentos. O grupo de educação também registrou alta de 6,08%, impulsionada por reajustes nas matrículas escolares.



A queda nos preços de produtos de supermercado, especialmente frutas (-4,36%) e carnes (-0,64%), contribuiu para o resultado.

Em contraste, o grupo de artigos do lar foi o único a apresentar retração (-0,43%).

**Desempenho CVCS por grupos** - Em junho, o grupo de saúde continuou a puxar o CVCS para cima, com uma elevação de 0,86%. Custos de serviços como hospitalizações

e exames de imagem, além de produtos farmacêuticos, foram os principais responsáveis por esse aumento. Outras atividades que registraram altas foram despesas pessoais (0,30%), comunicação (0,14%) e educação (0,06%). A FecomercioSP destacou que o grupo de alimentos e

bebidas teve um papel central na desaceleração do CVCS em junho, com uma variação de apenas 0,01%. A queda nos preços de produtos de supermercado, especialmente frutas (-4,36%) e carnes (-0,64%), contribuiu para esse resultado, destacou a entidade.

Com Dia dos Pais, faturamento deve subir 2,7% na capital e 1,6% no Estado, diz FecomercioSP



As compras de presentes para os pais devem levar o faturamento do varejo a um crescimento de 2,7% na capital paulista em agosto e de 1,6% no Estado. As projeções são da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e acabam sendo um sinalizador de

tendência para todo o País. Nos dois casos as comparações são com agosto de 2023.

Em números absolutos, segundo a entidade, os setores do varejo mais sensíveis ao Dia dos Pais devem faturar cerca de R\$ 24,8 bilhões no Estado de São Paulo em agosto. Esse montante, de acordo com a área

econômica da FecomercioSP, representará um acréscimo de R\$ 400 milhões no faturamento deles.

“Usualmente, três atividades são mais impactadas pelo Dia dos Pais: eletrodomésticos, eletrônicos e lojas de departamentos, as lojas de roupas e calçados, e as farmácias e per-

fumarias - que devem encabeçar o crescimento das vendas neste ano”, prevê a FecomercioSP.

Isso, reforçam os economistas da entidade, porque o desempenho do varejo de eletrônicos tem oscilado entre resultados positivos e negativos há algum tempo. Já o segmento de vestuário e calçados vem subindo continuamente desde o pós-pandemia e, por isso, deve-se considerar a forte base de comparação.

A expectativa é que capital tenha um desempenho acima do Estado com um crescimento de 2,7% em relação a agosto de 2023. A projeção é que esses três setores somem uma receita de R\$ 8,9 bilhões no mês.

Para a Federação, o Dia dos Pais abre o calendário de datas comemorativas do segundo semestre, sendo uma ótima oportunidade para o varejo brasileiro avaliar e ajustar suas estratégias, além de ter um “termômetro” de como serão as vendas no resto do ano. “São informações importantes para que o empresário possa melhor planejar as compras, estoques, quadro de colaboradores entre outros pontos importantes da operação”.

Lucro líquido ajustado da Iguatemi cresce 24,6% e vai a R\$ 106,5 milhões no 2º trimestre

A Iguatemi, dona de uma rede de 16 shopping centers, reportou lucro líquido ajustado de R\$ 106,5 milhões no segundo trimestre de 2024, alta de 24,6% em relação ao mesmo período de 2023. Os números foram divulgados no período da noite da terça-feira, 6, após o fechamento do mercado financeiro.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado alcançou R\$ 232,9 milhões, crescimento de 11,5%. Já a margem Ebitda foi a 73,1%, alta de 5,3 pontos percentuais.

O FFO (lucro líquido excluindo depreciação, amortização e efeitos não caixa) ajustado chegou a R\$ 153,9 milhões, aumento de 19,3%. A margem FFO foi a 48,3%, subida de 6,4 pontos percentuais.

A receita líquida ajustada totalizou R\$ 318,5 milhões, expansão de 3,4%.

O critério ajustado exclui os efeitos da linearização dos alugueis, da oscilação no valor da ação da Infracommerce (empresa investida da Iguatemi) e do mecanismo de swap de ações. A linearização, por exemplo, gerou um efeito negativo de R\$ 18,4 milhões, que foi mais

que o triplo do mesmo período do ano anterior. Entretanto, esses fatores são contábeis e não mexem com o caixa.

Sem considerar ajustes, o lucro líquido foi de R\$ 76,3 milhões, recuo de 1,4% na mesma base de comparação. O Ebitda alcançou R\$ 210,8 milhões, alta de 7,8%, enquanto a receita líquida totalizou R\$ 301,4 milhões, baixa de 0,4%.

A evolução nos resultados da Iguatemi (tirando os efeitos contábeis) está relacionada com o aumento na receita de aluguel de lojistas e estacionamento e o corte de custos nas operações, que contribuíram para ganho de margem.

A receita de aluguel de espaços aos lojistas (composta por aluguel mínimo, percentual e locações temporárias) teve crescimento de 3,3%, para R\$ 251 milhões. A receita de estacionamento subiu 7,1%, para R\$ 54,4 milhões. Já as receitas do seu braço de varejo (lojas físicas e marketplace) encolheram 3,5%, para R\$ 38 milhões.

Os custos operacionais recuaram 18,7%, para R\$ 63,8 milhões, enquanto as despesas administrativas caíram 6,0%, para R\$ 28,2 milhões.

Movida soma lucro líquido de R\$ 42,5 mi no 2º tri de 2024 e reverte prejuízo do 2º tri de 2023

A Movida reportou lucro líquido de R\$ 42,5 milhões no segundo trimestre de 2024, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 17,9 milhões registrado no mesmo período de 2023, conforme divulgação realizada no período da noite da terça-feira, 6, após o fechamento do mercado financeiro. No critério ajustado, a cifra atingiu R\$ 80,1 milhões ante um resultado negativo de R\$ 15,5 milhões um ano antes.

Entre abril e junho, o Ebitda consolidado somou R\$ 1,149 bilhão. A cifra, recorde para a companhia, representa crescimento de 29,2% quando comparado ao mesmo intervalo de 2023. A receita líquida, também recorde, somou R\$ 3,4 bilhões, alta anual de 38,6%. No segmento de locação (RAC), a receita líquida cresceu 30% ano contra ano, para R\$ 1,6 bilhão. Em GTF, a cifra somou R\$ 816 milhões, 46,2% acima do segundo trimestre de 2023.

A alavancagem encerrou o trimestre estável em 3,2 vezes dívida líquida/Ebitda, nível que a companhia considera saudável a companhia considera saudável frente ao atual cenário. Caso atualizassem o Ebitda do período, a alavancagem seria de 2,8 vezes. A Movida divulgou a

projeção de atingir um yield médio mensal da frota operacional no segmento RAC de 4,2% ao mês em 2024. No segundo trimestre, chegou a 4% ante 3,5% um ano antes.

**Depreciação** - A média de depreciação em RAC foi de R\$ 6,4 mil por carro ao ano, com uma depreciação dos novos carros entre 8,0% e 9,0% ao ano. “Esse valor está em linha ao do trimestre anterior, atingindo um patamar saudável”, afirma a empresa no release de resultados.

A Movida explica que o resultado reflete o preço médio de aquisição da frota sendo implantada de R\$ 75,7 mil por carro frente a R\$ 81,4 mil por carro sendo desmobilizada, sendo a combinação de um tiquete médio mais baixo e melhores condições comerciais com as montadoras.

Em GTF, a depreciação anualizada por carro operacional foi de R\$ 8,9 mil, refletindo a renovação da frota com a venda de carros de cerca de 3 anos de idade. As taxas de depreciação recorrentes dos novos contratos, considerando as operações de GTF B2B, CS Frotas e Carro por Assinatura, estão na média entre 8,0% e 10,0% ao ano.





INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Oposição denuncia prisão de líder e Maduro justifica as 2 mil prisões

Lideranças da oposição da Venezuela e organizações de direitos humanos denunciaram na noite de terça-feira (6) a prisão de María Oropeza, dirigente da campanha eleitoral de Edmundo González no estado de Portuguesa. Enquanto isso, o governo de Nicolás Maduro justifica as mais de 2 mil prisões dos últimos dias, alegando que são “terroristas” que estão atacando prédios públicos, forças policiais e lideranças chavistas.

Segundo as denúncias de opositores, a prisão de María Oropeza teria ocorrido sem decisão judicial. Não há, por enquanto, a confirmação dessa prisão por autoridades do país.

A organização não governamental (ONG) de direitos humanos venezuelana Provea publicou, em uma rede social, o vídeo feito pela María Oropeza do momento da prisão. No vídeo, é possível ver policiais arrombando a porta de sua casa. Após ingressarem, uma agente de segurança solicita o celular da dirigente.

“Na Venezuela continua a política estatal de perseguição e repressão, o que constituiria crimes contra a humanidade. É assim que prendem a líder María Oropeza, sem qualquer ordem”, afirmou a Provea.



Maduro justifica as mais de 2 mil prisões dos últimos dias, alegando que são “terroristas” que estão atacando prédios públicos, forças policiais e lideranças chavistas.

O governo da Venezuela tem sido acusado por países e organizações internacionais e de direitos humanos de uso desproporcional da força e de repressão política contra manifestações que questionam o resultado da eleição presidencial do dia 28 de julho. Em nota publicada ontem (7), a Provea e a Federação

Internacional pelos Direitos Humanos (FIDH) questionaram as ações policiais dos últimos dias.

Segundo as organizações, “22 pessoas foram assassinadas, 1.062 detidas arbitrariamente e pelo menos 40 desaparecimentos forçados em apenas uma semana, marcando máximos históricos em comparação com

outros ciclos de protesto. Esses atos de repressão se devem a padrões sistemáticos de perseguição anteriormente perpetrados pelas autoridades venezuelanas.”

O Partido Comunista da Venezuela (PCV) também denunciou uma suposta repressão política no país.

Na Venezuela, González diz que, por segurança, não comparecerá a audiências em Tribunal



Gonzales e Corina são investigados por conspiração.

O candidato da oposição venezuelana Edmundo González não compareceu ao tribunal superior do país ontem, 7, para uma audiência relacionada a

uma auditoria eleitoral solicitada pelo presidente Nicolás Maduro, confirmou sua campanha. O Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela ordenou

na segunda-feira que González - o candidato da coalizão de oposição - Maduro e os outros oito candidatos na eleição presidencial de 28 de julho com-

pareçam às audiências programadas até sexta-feira.

As audiências seguem dias de críticas globais a Maduro e seu leal Conselho Nacional Eleitoral sobre os resultados das eleições.

As autoridades eleitorais declararam Maduro o vencedor, mas ainda não produziram as contagens dos votos. Enquanto isso, a oposição alega ter coletado registros de mais de 80% das 30.000 máquinas de votação eletrônica em todo o país, mostrando que ele perdeu.

González foi convocado a comparecer ao tribunal, mas em uma declaração publicada nas redes sociais, ele questionou a legalidade dos procedimentos e expressou sérias preocupações sobre sua segurança.

“Colocarei em risco não apenas minha liberdade, mas, mais importante, a vontade do povo venezuelano expressa em 28 de julho de 2024”, disse ele. Fonte: Associated Press

Ex-presidente Fernández é acusado na Argentina de violência e assédio por ex-primeira-dama

A ex-primeira-dama da Argentina Fabiola Yáñez apresentou uma denúncia à Justiça contra Alberto Fernández, que presidiu o país entre 2019 e 2023, acusando-o de violência física e assédio. Ela conseguiu na Justiça uma medida protetiva que impede o ex-mandatário de chegar a menos de 500 metros dela e de entrar em contato com ela, seja por qual meio for. Fernández negou as alegações e prometeu provar sua inocência.

A denúncia foi apresentada por ela a um tribunal argentino na terça-feira, 6. O tribunal federal de Buenos Aires abriu uma investigação criminal para averiguar as acusações de “terrorismo psicológico”, assédio telefônico e abuso físico que teriam sido feitas por Fernández contra Fabiola.

Os dois viveram juntos pelo menos oito anos e ela é mãe de um dos filhos do ex-presidente.

Fabiola Yáñez disse na audiência ter decidido apresentar queixa contra Fernández por ter sido diariamente ameaçada e intimidada psicologicamente.

A ex-primeira-dama também relata ter sido agredida. O documento não forneceu mais detalhes sobre suas acusações de violência física.

O peronista de esquerda Fernández foi presidente da Argentina entre 2019 a 2023. Por meio de sua conta no X, ex-Twitter, ele negou as alegações e prometeu que provará nos tribunais o que realmente aconteceu.

Fernández diz que não dará mais detalhes à mídia em respeito aos filhos e demais parentes. Além de negar as acusações, o ex-presidente disse que reunirá testemunhas e documentos para provar o contrário do que diz sua ex-companheira. O responsável por emitir a medida protetiva é o juiz Julián Ercolini, que também proibiu Fernández de viajar para fora da Argentina.

Ele determinou ainda que todas as formas de intimidação ou assédio, tanto direta quanto indiretamente, sejam cessadas imediatamente. A medida protetiva também incluiu a ordem para que as autoridades argentinas colocassem policiais à disposição da ex-primeira dama.

**Origem** - A decisão judicial ocorreu semanas depois do vazamento de diversas mensagens de texto que incluíam outras acusações contra o ex-presidente, neste caso de supostas irregularidades em sua gestão, que envolvem até desvio de dinheiro.

Acadêmicos condenam repressão na Venezuela e pedem reconhecimento de vitória de opositor

Um grupo de acadêmicos e pesquisadores de cinco países condenaram a repressão do ditador Nicolás Maduro na Venezuela e pediram a comunidade internacional para reconhecer a vitória do opositor Edmundo González Urrutia. Em uma carta aberta publicada ontem, 7, o grupo exige transparência no processo eleitoral e a responsabilização na contagem de votos.

Escrita por pesquisadores dedicados aos estudos de democracia, a carta cita as três verificações independentes dos resultados venezuelanos publicados até o momento - da AltaVista Parallel, da agência Associated Press e do jornal The Washington Post -, que indicam que González Urrutia recebeu pelo menos meio milhão a mais de votos que o registrado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que deu a vitória a Maduro.

“Isso levanta questões fundamentais sobre a integridade do processo eleitoral e a legitimidade dos resultados”, diz o documento.

Os acadêmicos, provenientes de instituições de cinco países (Estados Unidos, Brasil, Chile, Reino Unido e Argentina), também citam a Organi-

zação dos Estados Americanos (OEA) e o Carter Center, que fizeram apontamentos sobre a transparência da eleição, e a contestação de países da região. Como observadores independentes, as organizações afirmam que sem as atas, que indicam os resultados desagregados por mesa de votação, não é possível atestar a veracidade das eleições.

“A maioria dos países da região também condenou a falta de transparência, incluindo Chile, Guatemala, Costa Rica, Argentina, Uruguai e Peru, enquanto México, Brasil e Colômbia divulgaram uma declaração oficial pedindo que as autoridades venezuelanas tornem públicas todas as contagens de votos”, escrevem.

Países como os Estados Unidos, a Argentina, o Uruguai e o Equador reconheceram Edmundo González Urrutia como o verdadeiro vencedor das eleições venezuelanas. Nações governadas pela esquerda, como o Brasil, a Colômbia e o México, cobram as publicações das atas para reconhecer os resultados.

A oposição venezuelana acusa a ditadura de fraude eleitoral e autoproclamou González como presidente eleito.

OMS alerta para aumento da covid-19 no mundo e reforça necessidade de vacinação

“A covid-19 ainda está entre nós”, ressaltou a diretora técnica para Preparação e Prevenção de Epidemias e Pandemias da OMS, Maria Van Kerkhove, em uma coletiva em Genebra, na Suíça. A epidemiologista apontou que houve crescimento médio de pelo menos 10% no número de registros da doença em 84 países, fora os casos não notificados. Um dos cenários mais preocupantes é o da Europa, onde o aumento foi de 20%. Os órgãos temiam um crescimento da doença no inverno do Hemisfério Norte, mas não durante o verão. Em Paris, por exemplo, ao menos 40 atletas dos Jogos Olímpicos testaram positivo para covid-19 ou outras doenças respiratórias.

Novas ondas têm sido registradas também nas Américas e

no leste do Pacífico, enquanto a vacinação apresenta uma “queda alarmante”, de acordo com a porta-voz.

**Aumento da covid-19 no Brasil** - O último Boletim Infeção Gripe, divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na sexta-feira, 2, aponta um maior número de hospitalizações por covid-19 entre os idosos em alguns estados do Nordeste, no Amazonas e em São Paulo.

Dentre os casos positivos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) registrados em 2024, cerca de 18% foram causados pelo Sars-Cov-2, segundo a Fiocruz. Nas últimas quatro semanas, quatro capitais apresentaram crescimento nos casos de SRAG, Salvador (BA), Teresina (PI), Vitória (ES) e Florianópolis (SC).

Brasil estuda alternativas para diálogo entre Maduro e oposição

Sem vislumbrar uma saída para a crise eleitoral na Venezuela, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva avalia ações diplomáticas para promover o diálogo entre Nicolás Maduro e a oposição, representada pelo candidato Edmundo González Urrutia e pela ex-deputada María Corina Machado.

Entre as iniciativas em estudo estão uma nova videoconferência de Lula com os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andrés Manuel López Obrador, ou uma viagem dos três chanceleres a Caracas: o brasileiro Mauro Vieira, a mexicana Alicia

Bárcena e o colombiano Luis Murillo. Os três têm se falado diariamente desde a realização das eleições, em 28 de julho, e do anúncio, pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano, órgão controlado pelo chavismo, da vitória de Maduro, sem nenhuma transparência na apuração.

**Atas de votação** - Lula, López Obrador e Petro exigem a divulgação das atas das urnas, que o chavismo disse ter enviado ao Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) - também controlado por Maduro. Brasil, Colômbia e México não se pronunciaram sobre a entrega das atas ao TSJ.

Bangladesh: presidente dissolve parlamento para substituir primeira-ministra que renunciou

O presidente de Bangladesh Mohammed Shahabuddin dissolveu o Parlamento do país hoje, abrindo caminho para novas eleições para substituir a primeira-ministra de longa data que renunciou e fugiu do país após semanas de manifestações contra seu governo.

Shahabuddin também ordenou a libertação da líder da oposição Khaleda Zia da prisão domiciliar. Zia, um rival de longa data da primeira-ministra deposta Sheikh Hasina, foi condenado por acusações de corrupção pelo governo de Hasina em 2018. Hoje, alguns altos cargos nas forças armadas foram

reorganizados. Os manifestantes estudantis disseram que não permitiriam nenhum governo apoiado pelos militares.

As ruas de Dhaka, a capital, pareciam mais calmas na terça-feira, sem relatos de nova violência enquanto manifestantes lotavam a residência do líder deposto.

Alguns posaram para selfies com soldados guardando o prédio, onde um dia antes manifestantes furiosos saquearam móveis, pinturas, vasos de flores e galinhas. O principal aeroporto de Dhaka retomou as operações após uma suspensão de oito horas.

Na Alemanha, desabamento de hotel mata ao menos 2 pessoas; autoridades buscam sobreviventes

Duas pessoas morreram em Krov, na Alemanha, após o desabamento parcial de um hotel na noite da última terça-feira, 6, e várias outras permanecem presas sob os escombros. O último andar do edifício, localizado próximo das margens do rio Mosela, desabou sobre o andar inferior por volta das 23 horas, informou a BBC News. No momento do desabamento, 14 pessoas estavam dentro do hotel, disse a polícia local. Cinco pessoas conseguiram fugir ilesas, mas outras nove ficaram presas sob os escombros. As operações de resgate estão em andamento com mais de

200 equipes de serviços de emergência no local, incluindo bombeiros, policiais, equipes de cães de resgate e médicos, aponta a emissora britânica. De acordo com a mídia holandesa, uma mulher de 23 anos da cidade de Urk, na Holanda, e seu filho pequeno foram resgatados na manhã desta quarta-feira, 7, e levados ao hospital. O seu marido foi resgatado posteriormente e sua condição ainda não é conhecida. Moradores próximos foram instruídos a deixar a área devido às preocupações de que o prédio do hotel possa desabar ainda mais, informou a BBC.

Putin afirma que invasão ucraniana à região de Kursk é ‘provocação em larga escala’

O presidente russo Vladimir Putin disse que a incursão ucraniana na região de Kursk, no sudoeste do país, é uma “provocação em larga escala”. Autoridades ucranianas permaneceram em silêncio sobre o nível da operação, que se estende pelo segundo dia.

Se confirmada, a incursão transfronteiriça estaria entre as maiores da Ucrânia desde a invasão em larga escala da Rússia em fevereiro de 2022.

Putin disse a oficiais do Gabinete que se reuniria com as

principais autoridades de defesa e segurança para discutir o que ele chamou de “bombardeio indiscriminado de prédios civis, casas residenciais e ambulâncias”. Ele instruiu o Gabinete a coordenar a assistência à região de Kursk.

O bombardeio ucraniano matou pelo menos duas pessoas - um paramédico e um motorista de ambulância - e feriu 24, disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, em um comunicado. Fonte: Associated Press





GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Criada há 5 anos, Patrulha Maria da Penha soma 77 mil atendimentos

Criado em agosto de 2019, o Programa Patrulha Maria da Penha - Guardiões da Vida implantado há 5 anos no estado do Rio de Janeiro, já realizou 77.375 atendimentos a mulheres vítimas de violência.

Nesse período, foram feitas 692 prisões, a maioria por descumprimento de medida protetiva. Desse total, 171 prisões foram efetuadas na capital e na Baixada Fluminense, enquanto as demais 421 ocorreram na região metropolitana e municípios do interior, correspondendo a mais de 60% do total de casos.

A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e leva o nome da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após ser vítima de tentativa de feminicídio cometida pelo seu marido.

O programa é uma parceria entre o Tribunal de Justiça, do governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Polícia Militar, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Tem como prioridade o atendimento e o monitoramento das mulheres com as medidas protetivas de urgência deferidas pelo Poder Judiciário, bem como a fiscalização de seu cumprimento pelos

agressores.

Segundo a Polícia Militar, 49,45% do efetivo que atua exclusivamente no programa são policiais militares femininas em 47 patrulhas em todo o estado. Integram o programa, 47salas na cor lilás, espaços exclusivos dentro dos batalhões da PM ou em locais próximos, com uma configuração especial para o acolhimento adequado às vítimas em situação de vulnerabilidade e seus filhos. A tenente-coronel da Polícia Militar, Claudia Moraes, coordenadora da Patrulha Maria da Penha, disse que o programa conta com equipes especialmente treinadas, policiais selecionados e viaturas caracterizadas com a faixa lilás. “Nós temos também a Sala Lilás nos batalhões, que são espaços para acolhimento dessas mulheres, com a finalidade de orientá-las, saber como está a medida protetiva e, a partir daí, fazer todos os encaminhamentos”.

Através da parceria com o Tribunal de Justiça, todos os magistrados, dos juizados de violência doméstica, ao deferirem uma medida protetiva podem enviar o documento direto para os batalhões da área onde mora a vítima para acelerar a proteção à vítima.

Pacheco: Acredito que regulamentação da tributária seja votada após eleições municipais

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem, 6, que o projeto de regulamentação da reforma tributária só deve ser votado pelo Senado depois das eleições municipais.

“Vamos discutir ao longo dos dois meses a regulamentação da reforma tributária, mas acredito na apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário após as eleições municipais”, disse Pacheco, em entrevista coletiva.

O presidente do Senado disse que “há um fator do processo eleitoral que pode dificultar um pouco a evolução” da proposta no Senado até outubro. Pacheco disse que a Casa Alta do Congresso vai trabalhar “como se urgência houvesse”, mas deixou

na mesa a possibilidade de o Legislativo pedir ao governo que o caráter de urgência constitucional seja retirado.

“Vamos trabalhar como se urgência houvesse. Se houver ambiente de exaurimento da discussão e sentimento de que estamos aptos a votar dentro do prazo da urgência constitucional, se chegarmos lá na frente e identificarmos ser preciso mais tempo, vamos pedir ao Executivo a retirada e há compreensão do Executivo das circunstâncias do processo eleitoral”, disse.

O senador afirmou que acredita que o governo entenderá e atenderá o pedido de retirada da urgência se o Congresso identificar que não será possível votar o projeto dentro do prazo previsto.

Lei Maria da Penha avança, mas não coíbe alta de crimes contra mulher

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada há exatos 18 anos, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O nome homenageia a biofarmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes que sofreu duas tentativas de homicídio pelo marido, em 1983, e se tornou ativista da causa do combate à violência contra as mulheres.

A lei, que atinge agora a maioria, prevê a adoção de medidas protetivas de urgência para romper o ciclo de violência contra a mulher e impedir que o agressor cometa novas formas de violência doméstica, seja ela física, moral, psicológica, sexu-

al ou patrimonial.

Antes da lei, este tipo de violência era tratado como crime de menor potencial ofensivo. A diretora de Conteúdo do Instituto Patrícia Galvão, Marisa Sanematsu, aponta que muitas mulheres foram agredidas e assassinadas em razão da leniência contra esses crimes, que ficavam impunes ou sujeitos a penas leves, chamadas de pecuniárias, como o pagamento de multas e de cestas básicas, suavizadas por argumentos como o da legítima defesa da honra de homens.

“As agressões contra mulheres eram tratadas como uma questão menor, um assunto pri-

vado, a ser resolvido entre quatro paredes. Quando a justiça era acionada, a violência doméstica era equiparada a uma briga entre vizinhos a ser resolvida com o pagamento de multa ou cesta básica”, lembrou Marisa Sanematsu.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, avalia que a lei trouxe ganhos para a sociedade brasileira. “Primeiro, ela tipifica o crime existente: a violência física, a violência psicológica, a violência patrimonial, a violência moral e a violência sexual. E organiza o Estado brasileiro para garantir o atendimento às mulheres”, disse à Agência Brasil. Como parte das celebrações

do aniversário da Lei Maria da Penha, o governo federal estebeleceu o Agosto Lilás como mês de conscientização e combate à violência contra a mulher no Brasil.

**Avanços** - Para especialistas, entre as principais inovações trazidas pela Lei Maria da Penha estão as medidas protetivas de urgência para as vítimas da violência doméstica e familiar, como afastamento do agressor do lar ou local de convivência, distanciamento da vítima, monitoramento por tornozeleira eletrônica de acusados de violência doméstica, a suspensão do porte de armas do agressor, dentre outras.

Servidores da Fiocruz fazem nova paralisação por reajuste salarial

Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) fazem uma paralisação de 2 dias ontem (7) e quinta-feira (8) para reivindicar melhores reajustes salariais. Uma manifestação está prevista para esta quinta-feira, em frente à sede regional do Ministério da Saúde, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Os servidores já haviam paralisado suas atividades no dia 1º.

Os servidores rejeitam a proposta do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, oferece reajuste zero neste ano e aumentos de 9% em 2025 e 4%, em 2026.

Ainda de acordo com o sindicato, nos últimos 15 anos os servidores tiveram perdas de poder de compra de 59% para trabalhadores de nível superior e de 75% para aqueles de nível intermediário. Portanto, pedem reajustes de 20% nas próximas folhas salariais deste ano, 20% em 2025 e 20% em 2026.

“A greve é uma consequência da insatisfação com a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação [em Serviços Públicos], que não condiz com as perdas salariais dos trabalhadores da Fiocruz desde 2010. A diretoria do sindicato continua trabalhando junto aos servidores e servidoras para



Trabalhadores da instituição rejeitam proposta do governo.

que haja um acordo com o governo na altura da importância que a Fiocruz tem para a sociedade. Nossa expectativa é um reconhecimento pelo governo a toda contribuição da Fiocruz ao povo brasileiro com valorização concreta de seus trabalhadores e trabalhadoras”, disse o presidente do Sindicato, Paulo Garrido. A reivindicação dos servidores é apoiada pela direção da Fiocruz.

Desde fevereiro, a presidência e os diretores da instituição têm se reunido com integrantes do governo e do Congresso Nacional em defesa da pauta dos trabalhadores.

No domingo (4), o presidente da Fundação, Mario Moreira, entregou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, uma carta assinada por todo o Conselho Deliberativo

da Fiocruz, em que é pedido apoio para revisão da proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação.

Uma nova assembleia dos servidores está prevista para a manhã desta quinta-feira.

Por meio de nota, o ministério informou que a mesa para tratativa das carreiras da Fiocruz é uma das 17 abertas com negociações em andamento.

Transporte público tem redução de demanda, diz pesquisa CNT; uso de carro, moto e apps cresce

O transporte público coletivo teve sua demanda encolhida nos últimos sete anos, afirma estudo divulgado ontem, 7, pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). O estudo aponta que a redução tem relação com questões como os impactos da pandemia de covid-19 e com a popularização do transporte por aplicativo.

A parcela atual da população que diz usar os ônibus coletivos é de 30,9%, 14,3 p.p. menor em relação à pesquisa realizada em 2017 (45,2%, na ocasião). Já 29,6% dizem usar carro próprio, aumento de 7,4 p.p..

A utilização de moto mais que duplicou, indo de 5,1% em 2017 para 10,9%. Os serviços

oferecidos por aplicativos, que tinham uma utilização praticamente inexistente em 2017 (1,0%), atingiram 11,1% em 2024.

Para a CNT, o avanço do transporte por aplicativo pode ser explicado pela ampla adesão dos mais pobres. De acordo com o estudo, 56,9% dos entrevistados confirmaram que deixaram de usar totalmente o ônibus (29,4%) ou diminuíram o uso (27,5%). Dentre as pessoas que substituíram o ônibus pelos aplicativos de transporte, 56,6% pertencem à classe C e 20,1% às classes D/E.

O cenário, contudo, pode sufocar as operações do transporte público coletivo, afirma a CNT.

A preocupação, considera o estudo, é de que os mais pobres sejam afetados, já que as classes C e D/E são as que mais se deslocam por ônibus (79,2%), trem urbano/metropolitano (77,1%) e metrô (62,3%).

“O alto percentual ressalta a importância de maior atenção ao acesso da população com menor poder aquisitivo”, considera relatório da pesquisa.

Por isso, a entidade diz ser imprescindível ações para reverter o cenário atual da mobilidade, passando por melhoria de governanças para maior qualidade do transporte público e por programas de benefícios tarifários para inclusão da população de baixa renda.

Recesso parlamentar é adiado e plenário da Câmara ficará um mês sem votações

Plenário, corredores, comissões: tudo vazio. Diferente do que acontecerá no Senado, a Câmara dos Deputados não realizará sessões plenárias nesta semana. Com isso, a Casa completará, domingo, 11, um mês sem votar nenhuma pauta.

Com o foco voltado para as eleições municipais, os 513 integrantes receberam duas semanas adicionais ao período de recesso parlamentar, que ocorreu entre os dias 17 de julho e 1º de agosto.

Mesmo meses antes da votação, que ocorrerá em outubro, líderes fizeram repetidos pedidos ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por mais tempos de recesso para acertar

questões partidárias nos municípios. E a tendência é que o Salão Verde da Câmara fique ainda mais esvaziado enquanto a eleição se aproxima. Como mostrou o Estadão, pelo menos 96 congressistas planejam disputar os pleitos em cidades pelo Brasil.

A Câmara realizou sessão plenária pela última vez no dia 11 de julho, quando votou, entre outras matérias, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Anistia, o quarto autoperdão concedido por partidos políticos por dívidas contraídas por eles mesmos.

A expectativa é que a Câmara retorne com um esforço concentrado entre a terça-feira e quinta-feira da próxima semana.

na para votar o segundo projeto de lei complementar da reforma tributária.

Lira pretende dar prioridade às pautas do turismo e da segurança pública neste segundo semestre. Como mostrou o Estadão, ele articula a apresentação de uma PEC para endurecer as penas de facções criminosas e controlar fronteiras.

O Estadão mostrou em maio como, ao longo deste ano, a Câmara passou a enforçar as quintas-feiras. No período entre fevereiro e abril deste ano, a Casa realizou o menor número de sessões deliberativas em comparação com os últimos cinco anos em que houve eleições municipais.

# Aplicativo

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL

### Informação em tempo real.

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google play





GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Brasil ultrapassa marca de 5 mil mortes por dengue

O Brasil já contabiliza 5.008 mortes por dengue em 2024. O número é mais de quatro vezes superior ao registrado ao longo de todo o ano anterior, quando foram notificados 1.179 óbitos pela doença. Há ainda 2.137 mortes em investigação pela doença.

Dados do Painel de Monitoramento de Arboviroses indicam que o país contabiliza 6.449.380 casos prováveis de dengue. O coeficiente de incidência da doença, neste momento, é de 3.176,1 casos para cada 100 mil habitantes e a letalidade em casos prováveis é de 0,08.

Os dados mostram que 55% dos casos prováveis se concentram entre mulheres e 45%, entre homens. O grupo de 20 a 29 anos responde pelo maior número de infecções, seguido pelos de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos. Já os grupos que registram menos casos são menores de 1 ano, 80 anos ou mais e 1 a 4 anos.

São Paulo concentra a maior parte dos casos prováveis de dengue (2.066.346).



São Paulo concentra a maior parte dos casos prováveis da doença.

Em seguida estão Minas Gerais (1.696.909), Paraná (644.507) e Santa Catarina (363.850). Já os estados com menor número de casos prováveis são Roraima (546), Sergipe (2.480), Acre (4.649) e Rondônia (5.046).

Quando se considera o coeficiente de incidência da doença, o Distrito Federal aparece em primeiro lugar, com 9.749,7 casos para cada grupo de 100 mil habitantes. Em seguida estão Minas Gerais (8.266,9), Pa-

raná (5.632,2) e Santa Catarina (4.781,5).

Já as unidades federativas com menor coeficiente são Roraima (85,8), Sergipe (112,2), Ceará (138,9) e Maranhão (162,1).

Homem é morto por PM em motel de São Paulo após confusão

Um homem de 37 anos foi morto por um policial militar em um motel da zona norte de São Paulo, segunda-feira, 5. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, ele era suspeito de agressão contra uma mulher de 24 anos, que estava no quarto com ele.

A polícia foi acionada pelos funcionários do motel para atender a uma ocorrência de agressão no local. O homem abriu a porta do quarto para os policiais segurando um pedaço de vidro na mão e foi para cima de um dos guardas, que revidou o ataque e atirou contra o suspeito.

A mulher que estava com ele foi encaminhada ao hospi-

tal, apresentando fraturas nos dois braços após as agressões. A arma do policial foi apreendida para perícia.

O caso é investigado pelo Departamento Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e pela Polícia Militar, por meio de um inquérito policial militar. A ocorrência foi registrada como morte decorrente de intervenção policial, resistência e violência doméstica.

Ao Estádão, um funcionário do motel disse que o “prejuízo é grande”, sem citar valores, pelos vidros quebrados dentro do quarto. O nome da mulher e do suspeito de agressão não foram divulgados.

Promotores tentam ampliar para 10 dias ao mês as folgas por volume de trabalho

A Associação Paulista do Ministério Público pediu ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, a ampliação das licenças compensatórias por acúmulo de acervo, o que indica volume de trabalho. O benefício que concede folgas ou compensação financeira aos integrantes do MP por esse motivo vigora em São Paulo desde setembro de 2023. Menos de um ano depois, uma mobilização corporativa da categoria busca ampliá-lo.

Promotores e procuradores paulistas têm direito a pedir três dias de folga por mês ou a receber um adicional em dinheiro pelo volume de trabalho, fora do teto remuneratório. O salário bruto inicial na carreira é de R\$ 30,6 mil. Um grupo que já conta com 600 promotores e procuradores, entre ativos e aposentados, planejava protocolar a reivindicação para o chefe do Ministério Público de São Paulo, mas a associação soube da iniciativa e se antecipou.

No início de cada ano, o procurador-geral de Justiça publica o limite de distribuição de

processos. Quem acumular mais ações do que o patamar estabelecido pode reivindicar os dias de descanso ou o valor em dinheiro. Os pedidos passam por uma comissão interna.

“Passivo” - A associação solicita que o limite de folgas passe para dez dias mensais, a exemplo do que ocorre no Tribunal de Justiça de São Paulo. O documento é assinado pelo promotor Paulo Penteado Teixeira Junior, presidente da entidade.

Segundo a associação, o modelo atual vem “gerando um passivo de difícil quitação”. O ofício enviado ao chefe do MP de São Paulo alega ainda que há margem para “readequação do equilíbrio orçamentário”.

Como as folgas podem ser convertidas em adicional remuneratório, a tendência é de que a ampliação do limite dos dias de descanso gere também um aumento nos contracheques de promotores e procuradores. O documento encaminhado ao procurador-geral de Justiça não menciona o impacto financeiro da mudança, caso ela seja concedida.

Tesla faz recall de mais de 1,6 milhão de carros na China para correção de software remoto

A Tesla está fazendo o recall de 1,68 milhão de carros na China para uma atualização de software remoto, com o objetivo de garantir que eles avisem o motorista quando o porta-malas não estiver fechado, informou a Administração Estatal de Regulamentação do Mercado da China. O recall foi anunciado na noite de terça-feira. Segundo o comunicado, os veículos com travas de porta-malas defeituosas serão consertados gratuitamente. Os recalls afetam alguns veículos Modelo S e Modelo X importados, além de carros Modelo 3 e Modelo Y fabricados internamente entre 15 de outubro de 2020 e 17 de julho de 2024.

O aviso de recall dizia que uma tampa do porta-malas desatracada poderia se abrir durante a condução, interferindo na visão do motorista. Não foi informado se esse problema já havia acontecido com algum carro da Tesla.

A China é um importante mercado e base de produção para a Tesla, além de ser uma fonte de crescente concorrência dos fabricantes chineses de veículos elétricos.

A empresa relatou um declínio acentuado no lucro líquido do segundo trimestre no mês passado, depois que as vendas caíram apesar dos cortes de preços e do financiamento a juros baixos. Fonte: Associated Press

Samarco, Vale, BHP e Renova são condenadas por “narrativa fantasiosa”



Juntas deverão pagar R\$ 56 milhões por danos materiais e morais.

A mineradora Samarco e suas duas acionistas - Vale e BHP Billiton - foram condenadas pela Justiça Federal por violações envolvendo uma campanha publicitária sobre as medidas reparatórias da tragédia ocorrida na bacia do Rio Doce. A condenação também atinge a Fundação Renova, entidade que foi criada para gerir todas ações de reparação de danos. Juntas elas deverão pagar R\$ 56 mi-

lhões por danos materiais e morais. Ainda cabe recurso.

É evidente o desvio de finalidade da fundação que se prestou a uma campanha publicitária e de marketing para criação de uma narrativa fantasiosa a favor da própria fundação. A situação, além de demonstrar o desrespeito da Renova ao seu próprio estatuto, demonstra claramente uma falta de respeito em relação às vítimas e à sociedade brasi-

leira”, registra a decisão assinada pelo juiz Vinícius Cobucci.

A tragédia ocorreu em novembro de 2015. O rompimento de uma barragem da Samarco no município de Mariana, em Minas Gerais, liberou uma avalanche de rejeitos, causando 19 mortes e gerando impactos para populações de dezenas de cidades mineiras e capixabas ao longo da bacia do Rio Doce. Poucos meses após o episó-

dio, as mineradoras, a União e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo firmaram um acordo de reparação que ficou conhecido com Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Com base nele, foi criada a Fundação Renova. Ela assumiu a gestão de mais de 40 programas, cabendo às mineradoras o custeio de todas as medidas. Porém, passados mais de oito anos, a atuação da entidade é alvo de diversos questionamentos judiciais por parte dos atingidos, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e do Ministério Público Federal (MPF). Há discussões envolvendo desde a demora para a conclusão das obras de reconstrução dos distritos arrasados na tragédia até os valores indenizatórios.

A falta de autonomia da Fundação Renova perante as mineradoras é outra questão contestada pelo MPMG, pelo MPF, pela Defensoria Pública da União (DPU) e pelas Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Juntas, foram também as quatro instituições de Justiça que apresentaram, em uma ação civil pública movida no ano de 2021, a denúncia de que havia “propaganda enganosa” no material publicitário distribuído pela entidade.

Elon Musk processa anunciantes por suposto ‘boicote em massa’ à rede social X

O X, plataforma de rede social de Elon Musk, processou um grupo de anunciantes, terça-feira, 6, afirmando que um “boicote maciço” privou a empresa de bilhões de dólares em receita e violou as leis antitruste.

A empresa, anteriormente conhecida como Twitter, entrou com a ação nesta terça-feira em um tribunal federal no Texas contra a Federação Mundial de Anunciantes e as empresas associadas Unilever, Mars, CVS Health e Orsted.

A companhia acusou a iniciativa do grupo de publicidade, chamado Aliança Global para Mídia Responsável, de ajudar a coordenar uma pausa na publicidade depois que Musk comprou o Twitter por US\$ 44 bilhões no final de 2022 e reformulou sua equipe e políticas.

Musk postou sobre o processo no X na terça-feira, dizendo “agora é guerra” depois de dois anos sendo gentil e “não recebendo nada além de palavras vazias”. A CEO do



X, Linda Yaccarino, disse em um anúncio em vídeo que o processo se originou em parte de evidências descobertas pelo Comitê Judiciário da Câmara dos EUA, que, segundo ela, mostrou que um “grupo de em-

presas organizou um boicote ilegal sistemático” contra o X. O comitê liderado pelos republicanos teve uma audiência no mês passado para analisar se as leis atuais são “suficientes para impedir o conluio anticompeti-

tivo na publicidade online”. As alegações da ação judicial se concentram nos primeiros dias da aquisição do Twitter por Musk e não em uma disputa mais recente com anunciantes que ocorreu um ano depois.





ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

OLIMPIÁDAS 2024

PARIS

QUADRO DE MEDALHAS

(Até às 18h de 07/08)

		OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1º.	 Estados Unidos	27	35	32	94
2º.	 China	25	23	17	65
3º.	 Austrália	18	12	11	41
4º.	 França	13	16	21	50
5º.	 Grã-Bretanha	12	17	20	49
6º.	 Coreia do Sul	12	8	7	27
7º.	 Japão	12	6	13	31
8º.	 Itália	9	10	8	27
9º.	 Holanda	9	5	6	20
10º.	 Alemanha	8	5	5	18
17º.	 Brasil	2	5	7	14

FONTE

COI

INFOGRAFFO

Pedro Barros e mais dois brasileiros vão à final do skate park na Olimpíada



O Brasil conseguiu emplacar três nomes na final do skate park na Olimpíada de Paris-2024. Ontem, Pedro Barros, Augusto Akio e Luigi Cini terminaram entre os oito melhores das eliminatórias e vão disputar a medalha ainda nesta quarta, a partir das 12h30 (horário de Brasília). Medalhista de prata em Tóquio, em 2021, Pedro Barros foi o melhor colocado entre os brasileiros, em 6º lugar, com 89,24. Luigi Cini e Augusto Akio vieram na sequência, em sétimo e oitavo, com 89,10 e 88,98, respectivamente.

Além dos brasileiros, os outros classificados para a final foram os australianos Keegan Palmer (1º colocado) e Keefer Wilson (5º), os norte-americanos Tom Schaar (2º) e Tate Carew (4º) e o italiano Alex Sorgente (3º). Na fase classificatória, os brasileiros entraram nas duas últimas baterias sabendo que

a nota de corte estava alta para garantir vaga na final. E não se intimidaram. Pedro Barros e Augusto Akio encaminharam a classificação ao tirarem 89,24 e 88,79, respectivamente, logo na primeira volta.

Enquanto Pedro Barros caiu nas duas voltas seguintes - e mesmo assim tirou 81 -, Augusto Akio conseguiu aumentar sua nota para 88,98 na última tentativa. A última bateria foi aberta por Luigi Cini. Vice-campeão mundial, o brasileiro entrou na zona de classificação ao tirar 89,10 na primeira volta. Foi essa nota que o garantiu na final, já que caiu nas outras duas oportunidades.

Os outros atletas que vieram na sequência não conseguiram superar as notas dos brasileiros. Quem mais se aproximou foi o australiano Keefer Wilson, que tirou 88,60 e terminou em 8º lugar.

Espanhola desdenha da seleção brasileira após derrota no futebol e tem perfil ‘invadido’

A atacante espanhola Jenni Hermoso fez uma declaração polêmica após a eliminação da Espanha para o Brasil no futebol feminino dos Jogos Olímpicos de Paris-2024.A jogadora acusou a seleção brasileira de “não jogar futebol”. Após a repercussão, torcedores a provocaram no perfil da atleta no Instagram.

O motivo que levou Hermoso a fazer tal avaliação foi, segundo ela, a “cera” feita pelas brasileiras para “matar” tempo de jogo A árbitra inglesa Rebecca Welch, porém, compensou nos acréscimos, com 15 minutos somados ao tempo regulamentar no segundo tempo.

“Souberam como nos machucar, jogar nas nossas costas. Para mim, não é futebol. Não

gosto desse futebol. Obviamente, ganham minutos, te fazem perder tempo. Para elas, isso valeu. Elas estão na final, e nós vamos pelo bronze”, avaliou a jogadora à rádio espanhola Cope. “Tinhamos muitas esperanças, depois de um ano super bonito. Seria muito bonito jogar uma final de Olimpíada, mas sabemos que hoje não jogamos um bom futebol. No final, o que contam são os gols. Creio que foram fá-lhas nossas. Tampouco, não jogamos nosso futebol”, ressaltou antes da fala polêmica.

Hermoso lamentou ter participado menos minutos durante a Olimpíada em relação à Copa do Mundo 2023, quando a Espanha foi campeã, com o controverso técnico Jorge Vilda.

Caio Bonfim e Viviane Lyra terminam maratona da marcha atlética em revezamento na 7ª posição

Os brasileiros Caio Bonfim e Viviane Lyra finalizaram a maratona da marcha atlética em revezamento dos Jogos Olímpicos de Paris na sétima posição na madrugada de ontem. Eles terminaram em 2h54min08s, três minutos e 37 segundos mais lentos do que a dupla vencedora. O ouro ficou com os espanhóis Maria Perez e Martin Alvaro. Ela foi prata nos 20 km da marcha atlética feminina, e ele, bronze na masculina. O vencedor da prova dos homens, o equatoriano Daniel Pintado, ficou no segundo lugar, com Glenda Morejon. O bronze foi para a Austrália, com Jemina Montag, 3ª colocada na prova feminina, e Rhydian Cowley. Caio Bonfim conquistou uma

medalha inédita para o Brasil nos Jogos de Paris ao terminar a prova dos 20km na segunda posição. “O nível das duplas é muito alto mesmo. A prova foi muito, muito forte. Lutamos até o final e somos sétimos do mundo, estou feliz e orgulhoso”, afirmou o vice-campeão olímpico. “A gente veio entregar o melhor, conquistamos uma excelente colocação”, disse Viviane, que disputou sua primeira Olimpíada e ficou na 18ª colocação nos 20km. “Estamos na melhor forma possível, entregamos tudo o que era possível.” A maratona da marcha atlética em revezamento estreou nesta edição dos Jogos Olímpicos e substitui a prova individual de 50km, que não está no programa de Paris-2024.

Nadadores dos EUA fazem treino de reconhecimento do Sena sem nadar por causa da poluição

Depois de várias polêmicas envolvendo a qualidade da água do Rio Sena, o treino de reconhecimento para as provas de águas abertas (maratona aquática) dos Jogos de Paris-2024 foi realizado nesta quarta-feira. Os três nadadores dos EUA inscritos na disputa participaram do treino, mas decidiram conhecer o percurso sem nadar e correr o risco de engolir água. Eles usaram pranchas a remo.

“Queríamos apenas mitigar ao máximo o risco”, disse Ivan Puskovitch, único atleta do país na prova masculina. “Mesmo que o rio esteja navegável e a água com níveis seguros, ainda existe algum grau de risco. E nem é preciso dizer que o risco aqui é um pouco mais significativo do que na maioria dos locais onde acontecem eventos em águas abertas.”

Uma das representantes dos EUA nas águas abertas é Katie Grimes, que já conquistou a medalha de prata nos 400m medley nos Jogos de Paris no dia 29 de julho. Além da americana, outro nadador que já competiu na piscina montada na Arena La Defense decidiu só entrar no Sena no dia da disputa das águas abertas.

Quarto colocado nos 1.500m livre, o húngaro David Betlehem criticou os organizadores da Olimpíada de Paris por insistir na prova no Sena, apesar dos riscos potenciais à saúde. “Nós, atletas, não temos escolha. Você é um peão”, disse Betlehem. “Se quisermos mudar as coisas,



precisamos que todos os atletas digam não, não queremos nadar lá.”

A World Aquatics, órgão regulador dos esportes aquáticos, cancelou um treino na terça-feira devido a preocupações com o nível da bactéria E. coli no curso de água. Apesar do forte investimento para limpar o Sena, a qualidade da água tem sido uma preocupação constante durante os Jogos.

A organização da Olimpíada, porém, demonstra confiança de que águas abertas serão realizadas sem problemas, especialmente se a previsão do tempo se confirmar e não chover. “Fizemos os testes de qualidade e sei

que o processo está sendo cuidadoso. Não são apenas os resultados que queremos ter. São os resultados reais”, disse a alemã Britta Kamrau, ex-campeã mundial de águas abertas e membro do comitê técnico da World Aquatics. “Não tenho medo de que os atletas adoeçam.”

Ela, porém, acrescentou que a própria natureza do esporte sempre levanta preocupações. “É natação em águas abertas”, disse Kamrau “Você nunca tem a água limpa como na piscina”, completou. A maioria dos nadadores que disputam as provas de águas abertas fazem grande parte de seus treinos nas condições controladas de piscina.

Apesar da insatisfação dos atletas, o treino de reconhecimento aconteceu na manhã nublada e fria desta quarta após os resultados dos testes diários que mostraram que a água estava dentro das diretrizes aceitáveis.

Campeã olímpica no Rio-2016 e vice nos Jogos de Tóquio, em 2021, a holandesa Sharon van Rouwendaal disse ter ficado feliz pela oportunidade de treinar no Sena. “Podemos ver como é o percurso e sentir um pouco a corrente”, afirmou ela.

A velocidade das águas do Sena foi medida de 3,2 a 4,8 km/h, o que significa um grande esforço para avançar contra a corrente.

Calderano volta a perder de francês e Brasil cai na disputa por equipes no tênis de mesa



O Brasil encerrou sua participação no tênis de mesa sem medalha na Olimpíada de Paris-2024. A despedida aconteceu ontem na disputa masculina por equipes. Liderado por Hugo

Calderano, o time nacional foi eliminado pela França por 3 a 0, nas quartas de final. Mais uma vez, o maior brasileiro na história da modalidade foi superado por Felix Lebrun, seu algoz na

disputa do bronze na chave individual.

O confronto foi o segundo na série melhor de cinco partidas, em que a França levou a melhor pelo placar geral de 3

jogos a 0. Em sua partida, Calderano novamente teve dificuldades para enfrentar o estilo do jovem francês, de apenas 17 anos, e acabou sendo superado por 3 sets a 1, com parciais de 11/6, 11/7, 11/13 e 11/6.

Antes dele, a série foi aberta com a partida de duplas. Os franceses Simon Gauzy e Alexis Lebrun, irmão mais velho de Felix, derrotaram Guilherme Teodoro e Vitor Ishiy por 3 a 0, parciais de 11/8, 11/9 e 11/6.

O jogo que fechou o confronto e decretou a vitória e a classificação francesa contou com Vitor Ishiy e Alexis Lebrun. Em duelo equilibrado, o mesa-tenista da casa venceu por 3 sets a 1, com parciais de 11/6, 9/11, 11/5 e 11/7.

Na disputa feminina por equipes, o Brasil havia sido eliminado pela Coreia do Sul nas oitavas de final, com Bruna Alexandre e as irmãs Bruna e Giulia Takahashi. Nas duplas mistas, o País também caiu nas oitavas, com Vitor Ishiy e Bruna Takahashi.

Velocistas jamaicanas ficam sem pódio em Paris, e país vê pior campanha desde Montreal-1976

Dominante nos 100m rasos e 200m do atletismo nos quatro últimos Jogos, as velocistas jamaicanas amargam na pista do Stade de France a pior participação olímpica do país nessas provas em 48 anos.

Entre os Jogos de Pequim-2008 e Tóquio, em 2021, as atletas do país caribenho conquistaram 15 das 24 medalhas distribuídas nessas provas e monopolizaram o pódio dos 100m rasos na China e no Japão. Agora, as velocistas deixam Paris sem medalhas. É a primeira vez desde Montreal-1976 que o país não vai ao pódio feminino em nenhuma dessas provas.

“Sei que o mundo está acostumado com as vitórias da Jamaica e com a Jamaica sempre comemorando”, disse Asafa Powell, jamaicano que deteve ou compartilhou o recorde mundial dos 100m por quase três anos antes de Usain Bolt quebrá-lo quando entrou em cena em 2008. “Mas, acredite, isso vai voltar a acontecer.”

As velocistas jamaicanas enfrentaram lesões que atrapalharam a campanha em Paris. Elai-



ne Thompson-Herah, Shelly-Ann Fraser-Pryce e Shericka Jackson, que conquistaram as três medalhas dos 100m rasos no Japão e todas com mais de 30 anos, desistiram de suas corridas olímpicas devido a lesões. As peças começaram a desmoronar no dia 9 de junho, quan-

do Thompson-Herah, bicampeã dos 100m e 200m, machucou o tendão de Aquiles em uma competição em Nova York. Exatamente um mês depois, Shericka Jackson, dona do segundo tempo mais rápido da história nos 200 m, se lesionou em uma prova na Hungria. Isso deixou

Fraser-Pryce, de 37 anos, como a única saudável do trio, mas isso terminou no sábado, quando, pouco antes das semifinais dos 100m, ela desistiu devido a uma lesão não revelada. Depois, nas redes sociais, ela disse que era “difícil descrever a profundidade da minha decepção”.









CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Deputada do Rio é condenada a perda de mandato e 5 anos de prisão por manter assessor fantasma

A deputada estadual do Rio de Janeiro Lúcia Helena Pinto de Barros, conhecida como Lucinha (PSD), foi condenada a quatro anos, cinco meses e dez dias de prisão em regime semiaberto por peculato. Ela também perdeu o mandato e terá que pagar multa de R\$ 173,4 mil, segundo decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ).

O julgamento começou em maio, e quatro desembargadores votaram contra a prisão e 19 a favor. Ainda cabe recurso, e a defesa da deputada afirmou que vai recorrer da decisão “baseada inclusive em qualificados votos divergentes que inocentavam a deputada das acusações. A decisão do colegiado não foi unânime”, segundo a nota da defesa.

STF propõe cronograma de audiências de conciliação sobre Lei do Marco Temporal

O Supremo Tribunal Federal (STF) propôs, segunda-feira (5), o cronograma de audiências de conciliação para tratar das cinco ações que discutem a constitucionalidade da Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023) para demarcação de terras indígenas. A próxima audiência foi reservada para o dia 28 de agosto. As datas seguintes reservadas foram 9 e 23 de setembro. O horário será das 15h às 19h. A confirmação será feita após manifestação da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), que solicitou prazo de 48 horas para discutir as datas com lideranças indígenas.

Os termos foram fixados pela comissão especial instituída pelo ministro Gilmar Mendes, relator dos processos. Representantes do Congresso

Nacional, do governo federal, dos Estados e municípios e da Apib participaram da audiência realizada de forma híbrida (presencial e remota) na Segunda Turma do STF. Veja a lista completa de participantes (ADC 87, ADI 7582, ADI 7583, ADI 7586 e ADO 86).

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, pontuou que, embora caiba ao Supremo a interpretação final sobre a Constituição, é desejável uma solução consensual que busque harmonizar as diferentes visões sobre o marco temporal.

“Conciliação, sempre que possível, é melhor que o conflito”, afirmou. “O que todos esperamos, além da civilidade e respeito mútuo, é um esforço sincero de se encontrar uma solução negociada.”

Supremo suspende decisões que impediam Itaipu Binacional de negociar terras para indenizar indígenas

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os efeitos de trechos de 12 decisões da Justiça Federal no Paraná que impediam a Itaipu Binacional de negociar a compra de terras para indenizar comunidades indígenas afetadas pela implantação da usina hidrelétrica. A decisão foi na Ação Cível Originária (ACO) 3555, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em março de 2023, Toffoli encaminhou os autos à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia-Geral da União (AGU), para tentativa de conciliação. Uma das possíveis soluções debatidas é a proposta da Itaipu de adquirir terras para posse permanente e uso exclusivo das comunidades que compõem as Terras Indígenas Tekoha Guasu Guavira e Tekoha Guasu Okoy Jakutinga.

As decisões da Justiça Federal foram tomadas em ações relacionadas a conflitos fundiários entre proprietários rurais e comunidades indígenas. Elas determinam expressamente que Itaipu não negocie a aquisição dos imóveis discutidos nas ações ou a destinação de áreas a pessoas ou famílias identificadas como seus ocupantes. A empresa alega que não é parte nas ações e que a medida prejudica a tentativa de pacificar a controvérsia que está sendo discutida nas sessões de conciliação.

Na liminar, Dias Toffoli observou que as restrições impostas pela Justiça Federal impedem a empresa de negociar os imóveis em qualquer área de interesse das comunidades indígenas, e não apenas as discutidas nas ações fundiárias, ou seja, outras áreas que podem ser incluídas em acordo por Itaipu, com consequências no resultado da ACO 3555.

Audiência no STF sobre isenção tributária de agrotóxicos será no dia 5 de novembro

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou para o dia 5 de novembro a audiência pública sobre a desoneração de tributação (de IPI e ICMS) para agrotóxicos. As exposições visam reunir informações técnicas para o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5553.

Na ação, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) questiona regras do Convênio 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que reduzem em 60% na base de cálculo do ICMS sobre agrotóxicos e da legislação tributária que estabelece alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns desses produtos.

Participarão da audiência autoridades técnico-científicas já habilitadas na ação como

terceiros interessados, mas o ministro abriu a oportunidade para representantes da União, dos estados ou de entidades científicas, que terão até 18 de setembro para se inscrever por meio do e-mail adi5553audienciapublica@stf.jus.br. O relator já definiu que a primeira exposição será do representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que deverá esclarecer se é preciso adaptar as isenções atuais ao novo marco legal dos agrotóxicos (Lei 4.785/2023) e à Reforma Tributária (Emenda Constitucional 132/2023).

Para Fachin, é fundamental que o STF obtenha subsídios para analisar a matéria, cuja apreciação ultrapassa os limites jurídicos em razão de sua complexidade e por envolver política agrícola, direitos à saúde e meio ambiente.

Livro de hóspedes de hotel faz Justiça negar trancamento de ação que cita Alckmin e Odebrecht

Documentos de uma transportadora, o livro de hóspedes de um hotel em Moema e o depoimento gravado de três ex-funcionários da Odebrecht deram sobrevida a uma ação de improbidade administrativa que mira o vice-presidente Geraldo Alckmin. Ante essas provas, consideradas “independentes”, a Justiça de São Paulo negou trancar um processo sobre supostos repasses - não declarados à Justiça Eleitoral - para Alckmin, ao tempo em que ele ocupava o Palácio dos Bandeirantes e exercia mandato de governador.

O Estadão pediu manifestação de Alckmin. O espaço está aberto. Quando a Promotoria ingressou com a ação, o ex-governador alegou que a conclusão do Ministério Público sobre o caso era “equivocada”.

O pedido para interromper a ação teve como suporte decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, que decretou a anulação das provas decorrentes do acordo de leniência da empreiteira no processo da Operação Lava Jato.

A decisão que mantém viva a ação foi publicada no último dia 25, após análise de um pedido de Marcos Antonio Monteiro, ex-secretário de Desenvolvimento Econômico no governo Alckmin em São Paulo.

Monteiro requereu que a 13.ª Vara da Fazenda Pública da Capital decidisse sobre a viabilidade da continuidade da ação de improbidade na qual ele é citado. A ação cita Alckmin e



O pedido para interromper a ação teve como suporte decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, que decretou a anulação das provas decorrentes do acordo de leniência da empreiteira no processo da Operação Lava Jato.

mais sete pessoas considerando a decisão do ministro Dias Toffoli que anulou todas as provas obtidas com o acordo de leniência da Odebrecht.

“Entendo que não estão presentes, desde logo, circunstâncias que permitam afastar a suposta prática de atos de improbidade administrativa, devendo-se dar prosseguimento ao processo, sob pena de se negar acesso à Justiça. Vale ressaltar que, em se tratando de Ação Civil Pública, basta a existência, em tese, de ato danoso e, assim, como na área criminal, aplica-se o princípio in dubio pro societate”, registrou o despacho judicial. Ainda cabe recurso da decisão.

A avaliação da Justiça é que, mesmo com a exclusão das provas coletadas dos sistemas do Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht - a máquina de propinas da empreiteira - “subsistem outras provas independentes que amparam a continuidade da marcha processual”.

Na ação de improbidade, o Ministério Público de São Paulo destaca planilhas onde constam supostos repasses a Marcos

Monteiro e a Alckmin. O juízo da 13ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo cita documentos entregues ao Ministério Público por Rogério Martins - que teria sido contratado para entregar propinas -, pelo doleiro Álvaro José Galliez Novis e pela Transportadora de Valores Transmar.

Segundo a Justiça, os documentos indicam que Martins, funcionário de Novis, se hospedava em um hotel de São Paulo e lá recebia da transportadora valores em espécie para pagar propinas, de acordo com senhas recebidas da Odebrecht.

STF faz reunião técnica para adoção de providências para fim do orçamento secreto



Para identificar os dados sobre as emendas RP9 (emendas de relator) e RP8 (emendas de comissão), conhecidas como orçamento secreto, foi criada uma comissão que irá mapear essas informações.

A primeira reunião técnica marcada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), para o detalhamento das informações e procedimentos a serem adotados visan-

do o cumprimento integral das decisões do acórdão do Tribunal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 854), foi realizada nesta terça-feira (6), na sala de reuni-

ões da presidência do STF.

Para identificar os dados sobre as emendas RP9 (emendas de relator) e RP8 (emendas de comissão), conhecidas como orçamento secreto, foi criada uma

Sem reconhecer vínculo, vamos criar bomba fiscal no sistema previdenciário, diz Dino

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que a terceirização é “legítima”, mas que a falta de vínculo empregatício pode “criar uma bomba fiscal no sistema previdenciário”. Ele defendeu que o Supremo debata as nuances da terceirização da atividade-fim das empresas, “à luz da tese acertada no Supremo” que permitiu a prática em 2020.

Sob o argumento de que a Constituição permite relações alternativas à CLT, o Supremo tem derrubado decisões da Justiça do Trabalho que reconheceram a relação de emprego de trabalhadores terceirizados. Dino, assim como o ministro Edson Fachin, têm se posicionado contra a maioria.

“Não podemos dizer que qualquer relação diferente da relação de emprego é inconstitucional, não compartilho dessa tese. Mas, por outro lado, não podemos afastar automaticamente, mecanicamente, de modo uniformizador, aquele

que não é uniforme”, afirmou o ministro. O ministro Luiz Fux se opôs à manifestação de Dino. “A terceirização da atividade-fim e o reconhecimento de vínculo empregatício não combinam. Ou pode, ou não pode. Se pode terceirizar, não é empregador”, afirmou.

As declarações foram feitas durante sessão da 1ª Turma do Supremo na tarde de hoje. O colegiado julgou uma reclamação contra decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu vínculo de um entregador com uma empresa que faz intermediação com o iFood. Além disso, a decisão condenou o iFood a responder subsidiariamente pela dívida trabalhista. A maioria dos ministros decidiu negar a reclamação, em parte porque o iFood não foi o autor da ação e não se manifestou. “Aqui, ao meu ver, o correto seria afastar a responsabilidade subsidiária do iFood, mas o iFood não é o reclamante”, disse o ministro Alexandre de Moraes ao votar.

Justiça nega pedido de ex-vereador Cristóforo, cassado por racismo, para disputar eleição

A Justiça Eleitoral rejeitou um pedido do ex-vereador de São Paulo Camilo Cristóforo (Podemos), cassado em 2023 por racismo, para suspender os efeitos da decisão administrativa da Câmara de São Paulo que o deixou inelegível pelo prazo total de oito anos. O objetivo do ex-vereador era afastar a inelegibilidade para concorrer novamente ao cargo. Contudo, liminarmente, o juiz da 1ª Zona Eleitoral, Antonio Maria Patiño Zorz apontou que não cabe à Justiça Eleitoral reavaliar decisões proferidas por outro órgão do Poder Judiciário.

No caso de Cristóforo, o mesmo pedido foi feito na Justiça Comum, em trâmite pela 4ª Vara da Fazenda da capital. Liminarmente, a Justiça manteve o processo administrativo e também a decisão dos vereadores pela cassação do então parlamentar. Patiño Zorz também registrou que “o Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão máximo que reúne em si as competências para anular e reificar as decisões proferidas por órgãos de outros poderes e instâncias inferiores do Poder Judiciário”.

Em sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Aplicativos, em maio de 2022, Cristó-

faro proferiu frase racista, que foi transmitida ao vivo: “lavando a calçada, isso é coisa de preto, né?”. Na inicial apresentada à Justiça Eleitoral, o advogado de Cristóforo, Ricardo Hasson Sayeg, sustentou que a cassação foi inconstitucional e ilícita. Para o defensor, o caso prejudica o sistema democrático e as garantias constitucionais.

“Logo após dar presença ‘online’, via telefone celular, e recolocar seu dispositivo móvel no bolso, quando em conversa com um amigo íntimo, em ambiente privado, teve, acidentalmente, um pequeno e inaudível trecho de quatro segundos de sua conversa, dissociado de seu contexto, vazado acidentalmente no áudio do plenário, do qual o (ex-) vereador remotamente participava, sem que tivesse percebido que seu aparelho celular continuava ligado e com o microfone aberto”, disse o advogado nos autos. O plenário da Câmara de São Paulo cassou Cristóforo em setembro de 2023. Foram favoráveis 47 vereadores. Cinco se abstiveram. A autora (Luana Alves, PSOL) e o representado (Camilo Cristóforo) não votaram por impedimento do regimento interno e uma vereadora não compareceu.





2º CADERNO

TECNOLOGIA

Tecnologia inteligente: como a IA está transformando o atendimento ao cliente

Relatório analisa mais de 167 milhões de tickets de suporte referentes a 9,4 mil organizações em mais de 100 países

O Relatório de Benchmark 2024 para Gerenciamento de Serviços - Freshservice, criado pela desenvolvedora Freshworks da Índia, é lançado no Brasil pelo hub de tecnologia Nortrez, parceira estratégica da marca indiana na América Latina. Segundo os dados levantados, a implementação de automação no processo de atendimento ao cliente resultou em um aumento significativo na resolução no primeiro contato, com um crescimento de 77%. Além disso, as organizações que adotaram essas automações registraram uma redução média de 26,63% no tempo de resolução dos tickets, demonstrando o impacto positivo dessas soluções

na eficiência operacional. O estudo analisou dados de mais de 9,4 mil organizações de 14 ramos distintos, contemplando representantes de mais de 100 países. Ao todo, mais de 167 milhões de tickets de TI foram analisados. O principal objetivo deste relatório é estabelecer um índice de referência para os Key Performance Indicators (KPIs), incentivando as organizações a medirem seu desempenho de maneira eficaz. Através deste pro-



(Foto: Divulgação)



cesso, os líderes de tecnologia estão preparados para adotar soluções rápidas, robustas e que agregam valor comprovado ao negócio. “O principal objetivo do relatório é fornecer insights valiosos para os líderes de tecnologia, permitindo que eles adotem soluções rápidas, robustas e que agreguem valor comprovado ao negócio”, explica Eric Dantas, especialista em presales na Nortrez.

“Com base em informações concretas, os profissionais poderão identificar tendências, desafios e oportunidades, alinhando suas estratégias com as melhores práticas do mercado.” A pesquisa abordou diversos aspectos do gerenciamento de serviços, como a inclusão dos indicadores estratégicos para 2024, fornecendo uma visão detalhada para orientar o planejamento e as operações das equipes de suporte. Além disso, o relatório permite a comparação de resultados e a

identificação de oportunidades de melhoria. Destacam-se no estudo a análise dos canais de atendimento e o impacto da inteligência artificial generativa no Information Technology Service Management (ITSM). “Com a crescente adoção de soluções de atendimento e o suporte omnichannel, a qualidade no atendimento ao cliente tornaram-se aspectos fundamentais para as equipes de inovação. Nesse contexto, a IA tem se mostrado uma ferramenta poderosa na ges-

tão de serviços”, ressalta Dantas. Outro ponto relevante identificado foi o potencial da inteligência artificial na melhoria do suporte de TI. As organizações que utilizam essa tecnologia observaram uma deflação média de 53% nos tickets de suporte, além de um aumento de 34,58% na rapidez da resolução dos incidentes. “A IA generativa é uma aliada poderosa e permite a automação de tarefas repetitivas, levando a otimização do tempo”, destaca o especialista.

Inteligência artificial contribui para melhoria no trânsito

O uso de inteligência artificial está trazendo cada vez mais benefícios para o avanço das tecnologias em mobilidade urbana, conforme apontam os fabricantes de tecnologia em mobilidade. Um bom exemplo, são os radares de trânsito, com câmeras capazes de captar o comportamento dos motoristas.

Isso porque as atuais tecnologias como, por exemplo, o doppler (ultrassom), que opera através de um sistema de ondas eletromagnéticas, conseguem registrar tudo o que estiver até uma distância de 100 metros antes e depois do seu ponto de instalação com muita precisão - diferentemente dos radares que utilizam apenas sensores no chão - impossibilitando que o motorista reduza a velocidade apenas quando chega próximo ao equipamento.

Capitais como Curitiba e Salvador já utilizam esta tecnologia desde 2019 e São Paulo está em fase de instalação.

Outro fator detectado são comportamentos imprudentes, como ultrapassagens em locais proibidos ou uso do celular ao volante e o número de pessoas que estão dentro dos veículos.

Os radares – com tecnologias que variam entre o laço indutivo, doppler, laço virtual (cálculo sobre imagem) ou laser – também capturam informações sobre presença e tempo de passagem dos veículos, registrando informações estatísticas e as infrações de trânsito, entre elas, veículos acima da velocidade permitida, parada sobre faixa de pedestres, avanço de semáforo no vermelho, fluxo em contramão e conversão proibida.

O uso de Inteligência Ar-



(Foto: Divulgação)

tificial permite ainda que os radares se adaptem a condições variáveis, como tráfego intenso, e ajustem os limites de velocidade aplicáveis com base nas circunstâncias reais, tornando a fiscalização mais justa.

Segundo Guilherme Araújo, diretor presidente da Velsis, empresa fabricante de tecnologia em mobilidade, a combinação de radares inteligentes e IA está revolucionando a fiscalização de trânsito no Brasil, tornando-a mais eficaz, precisa e adaptável às condições em constante mudança das estradas e no fluxo das cidades.

“As tecnologias em mobilidade desempenham um papel crucial na promoção da segurança viária e na redução de infrações, tornando as vias brasileiras mais seguras para

todos os usuários”, afirma. Em São Paulo, a empresa venceu a licitação para a instalação de radares doppler, laço e laser - que faz captura de moto andando na entre faixa e lombada eletrônica. A instalação teve início em março de 2024 e deverá ser concluída em março de 2025.

Ao todo a Companhia de Engenharia de Trânsito (CET) da cidade de São Paulo, terá 299 faixas de radares do tipo II, que é o fixo não intrusivo, o doppler. Destas, 48 são de responsabilidade da Velsis que venceu um dos lotes da licitação, concentrada na zona

Sul da cidade. **Combinação perfeita** A combinação de equipamentos de sensoramento de captura do objeto, neste caso o veículo, sem a instalação de tecnologia no pavimento, faz com que o sistema seja classificado como não intrusivo. Este sistema permite o processamento de imagens das placas de veículos (OCR/LPR) e de um software com inteligência artificial, ou seja, reduz o período de manutenção e necessidade de interdição de obras nas pistas para realizar a sua implantação. A tecnologia LAP (Leitura

Automática de Placas), incorporada aos radares eletrônicos, é capaz de proporcionar a leitura da placa dos veículos e verificar, em questão de segundos, a situação em relação a débitos, indicativos de furtos, ou bloqueios. “O equipamento é um auxiliar na fiscalização do trânsito. Além da segurança ocasionada pela redução de velocidade, os radares contribuem para a melhoria da gestão das vias, para a gestão do tráfego, identificando áreas de alto risco e contribuindo para um policiamento mais eficiente e direcionado e ainda convidam o cidadão a cumprir diariamente as normas estabelecidas”, completa Guilherme Araújo que também é diretor-presidente da Velsis. Ao detectar infrações e

alertar os motoristas em tempo real, radares inteligentes com IA contribuem para a prevenção de acidentes, reduzindo a probabilidade de colisões relacionadas à velocidade e ao comportamento imprudente. **Outras ferramentas de apoio à mobilidade urbana:** Lombadas eletrônicas ou equipamentos que capturam a velocidade de passagem dos veículos na via e a apresentam aos condutores por meio de uma estrutura fixa com um painel digital comumente afiado nas laterais das vias de tráfego. Esses equipamentos também registram infrações quando associados a radares. Contadores de fluxo permitem com ou sem intervenção física na via, fazer a contagem e por vezes classificação (veículo de passeio, veículo médio, veículo pesado) do fluxo viário. Esses equipamentos são ferramentas importantes para a gestão do tráfego urbano, permitindo que os gestores entendam a sazonalidade e intensidade do fluxo viário. Câmeras de monitoramento possuem alta definição e a possibilidade de integração em uma central, permitindo a ampla cobertura visual das vias de maior fluxo da malha viária urbana em tempo real, a identificação de congestionamentos e acidentes de trânsito. Leitura Automática de Placas (LAP): Também conhecida como tecnologia OCR (Optical Character Recognizer) é um software que integrado a uma câmera digital e a uma base de dados com informações de veículos, captura e identifica automaticamente a placa dos veículos, possibilitando a busca de dados do veículo e também medidas de segurança.





TECNOLOGIA

Cientistas apresentam possibilidades para desenvolver a computação e internet quântica no Brasil

O Painel “Ciências e tecnologias quânticas” trouxe à 5CNCTI o tema que mobiliza uma grande corrida tecnológica mundial, com 25 anos de pesquisa, especialistas brasileiros reivindicam infraestrutura compatível

Diante da fragilidade do sigilo de dados nas bases binárias dos computadores e da internet, as ciências e tecnologias quânticas, apoiadas em bases moleculares, surgiram como um trunfo para atividades civis e militares que dependem da inviolabilidade de suas informações criptografadas. O tema tem sido motivo de uma grande corrida tecnológica liderada pelos EUA e a China, somando mais de US\$ 42 bilhões investidos. No Brasil, investimentos ainda na ordem de R\$ 60 milhões, contrastam com uma pesquisa já em curso há 25 anos, grupos atuantes e uma primeira rede de testes montada. A discussão fez parte da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia (5CNCTI) reunindo líderes de pesquisas, que trouxeram sugestões para que o país não fique de fora dessa corrida.

O painel foi coordenado pelo físico Luiz Davidovich, assessor da presidência da Finep e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participaram também como palestrantes Gustavo Wiederhecker (Unicamp), Valéria Loureiro da Silva (Senai/Cimatec), Antonio Zelaquett Khoury (Rede Rio Quântica), Antônio Abelém (Internet Quântica/UFPA) e a relatoria coube a Marcelo Terra Cunha (Unicamp).

Onde se aplicam as tecnologias quânticas?

Durante sua fala o assessor da Finep, Luiz Davidovich mostrou que as tecnologias quânticas começaram a transformar o mundo ainda no século XX, com aplicação do laser à medicina, na ressonância magnética, em aparelhos de cd, câmeras digitais, leitores de código de barra e em transistores e circuitos especiais de computadores. Neste século, os avanços se ampliaram no campo da fotônica quântica (exames de imagem), química quântica (diagnósticos rápidos e de baixo custo), desenvolvimento de novos materiais e abriram campo para a chamada de informação quântica. Em relação a estudos climáticos, surgiu uma nova geração de sensores quânticos para monitoramento ambiental e, em energias limpas, a possibilidade de células solares mais eficientes.

Também passaram a ser fabricados os computadores quânticos, despertando grande interesse dos pesquisadores pelas novas possibilidades relacionadas à simulação quântica, comunicação e criptografia quânticas, além da interface com a metrologia e os sensores quânticos. “Essas três linhas envolvem engenharia, desenvolvimento de software e suporte teórico, implicando numa forte colaboração entre físicos, químicos, matemáticos e engenheiros, além de



uma revolução na educação, que já ocorre em outros países”, avalia Davidovich.

“O Brasil tenta acompanhar os avanços, deparando com o problema ainda geral da inovação no país: a necessidade de ampliar os recursos”, destaca o professor, que pondera que, apesar disso, o país desenvolveu estudos e competências nessa área. Ao todo são 20 instituições públicas de ensino superior e um centro de pesquisa do MCTI, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), atuando em quatro regiões do Brasil. As pesquisas também já contam com uma primeira rede quântica ligando instituições do Rio de Janeiro e, este ano, a Portaria MCTI nº 8194/2024 instituiu um grupo de trabalho com objetivo de propor as bases diretrizes para uma iniciativa brasileira para as tecnologias quânticas.

Infraestrutura e resultados

Coordenador do Centro de Componentes Semicondutores e Nanotecnologias (CCSNano) da Unicamp e do Programa de Tecnologias Quânticas (QuTla) da Fapesp, o professor da Unicamp, Gustavo Wiederhecker, relatou pontos trazidos das reuniões temáticas da 5CNCTI, como a ideia de aplicar as tecnologias quânticas a áreas dos Objetivos do Desenvolvi-

mento Sustentável. Nesse caminho, essas tecnologias teriam aplicações como a otimização de fertilizantes e saúde do solo e plantas, sensores quânticos não-invasivos para aplicações em saúde, monitoramento de aquíferos, otimização de redes de distribuição de energias limpas e algoritmos quânticos para dinâmica de fluidos relacionados ao combate às mudanças climáticas.

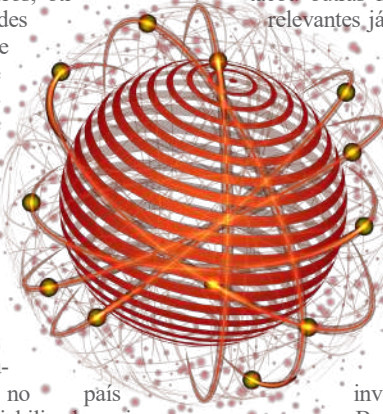
Wiederhecker também registrou o avanço da infraestrutura construída no país nessa temática, viabilizada nacionalmente pelos Institutos do Milênio, depois pelos INCTs, que tiveram duas versões dedicadas a tecnologias quânticas. No estado de São Paulo, destaca investimentos nos centros de pesquisa e inovação e difusão, o programa de desenvolvimento da internet avançada, com uma rede experimental de fibras ópticas conectando universidades e INCTs.

O pesquisador destaca parcerias

como a travada entre CBPF e Unicamp, que permitiu desenvolver um chip supercondutor capaz de gerar o elemento fundamental da computação quântica: o Q-bit ou o bit quântico. O professor da Unicamp destacou outras iniciativas nacionais relevantes já existentes, como a de uma startup da Embrapa Instrumentação, que desenvolveu um robô que usa pequenas pulsações de laser para fazer análise dos elementos químicos do solo.

E, no setor bancário, apontou investimentos do Itaú e Bradesco voltados ao uso de algoritmos quânticos para a análise de portfólios de ações e investimentos.

No mundo, Wiederhecker apresentou dados de que os investimentos em tecnologias quânticas já somam US\$ 42 bilhões. Apesar dessa discrepância de investimentos, segundo ele, há espaço para competir nessa corrida. Destacou a iniciativa da Fapesp que coordena, o Programa QuTla,



que tem previsão de investimentos de R\$ 150 milhões no prazo de 5 anos. “Não há tecnologia quântica sem uma infraestrutura de Laboratórios sólidos, fábricas de semicondutores, plataformas de testes e treinamento”, conclui.

Um centro de treinamento na Bahia

A capacitação de profissionais especializados é um dos pontos indicados pelos especialistas para o desenvolvimento das ciências e tecnologias quânticas no Brasil. Foi em Salvador (BA) que surgiu uma primeira instituição com esse fim, o QuILN - Quantum Industrial Innovation, primeiro centro de competência em tecnologias quânticas do Brasil, criado no Cimatec, em Salvador (BA), com investimento estratégico da Embrapii e do MCTI. A coordenadora do QuILN e professora associada do Senai Cimatec, Valéria Loureiro da Silva, apresentou no Painel a iniciativa.

“Voltado à especialização em Comunicação Quântica, o curso de pós-graduação tem uma parte científica voltada à criptografia quântica e abrange também a capacitação em associação tecnológica, voltando-se à promoção de um ecossistema de startups, envolvendo também as ICTs, nas áreas onde essa tecnologia mos-

tra que tem um mercado potencial importante para o país”, sintetiza a coordenadora.

Rede Rio Quântica: um campo de provas

O professor do Instituto de Física da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador da Rede Rio Quântica, Antonio Zelaquett Khoury, ressaltou o desenvolvimento da primeira rede física de comunicação quântica, que liga instituições parceiras. A ligação por fibra óptica conecta PUC-Rio, CBPF, UFRJ e IME, no RJ, enquanto a UFF, em Niterói, se conecta ao CBPF por laser.

“A ligação inicial era para conectar grupos de óptica e informação quântica que atuavam na região metropolitana do Rio, mas, com a conexão física vieram novos objetivos, como estabelecer uma rede de criptografia quântica funcional entre as instituições parceiras e servir de campo de provas para tecnologias desenvolvidas também em outras regiões do país”, explicou Zelaquett.

A Rio Quântica também possui o objetivo de se ligar a outras redes quânticas do país e à rede mundial, chamada de internet quântica.

Do Pará para a Internet Quântica

A internet quântica também é objeto de estudo do Grupo de Pesquisa em Redes de Computadores e Comunicação Multimídia (Gercom) da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenado pelo professor Antônio Abelém.

Tendo trabalhado com a internet quântica em seu pós-doutorado, na Universidade de Massachusetts, onde foi criado um centro de referência em redes quânticas nos EUA, Abelém explica que a internet quântica não vem para substituir a internet convencional, mas, para complementá-la em relação a algumas aplicações, como a criptografia e a comunicação com sensores quânticos. O professor também aponta outra funcionalidade dessa internet: a computação quântica cega, que consiste em operar um cálculo em uma nuvem sem que o servidor possa obter informação sobre esse conteúdo, o que descarta qualquer possibilidade de espionagem ou vazamento.

Abelém também alertou para desafios das pesquisas como o alto custo de equipamentos associados à comunicação quântica, como o QKD (dispositivo de distribuição quântica de chaves) que custa em média US\$ 300 mil. Entre suas sugestões, o professor defende investimentos para criação de uma Rede Quânticas Nacional experimental, que permitiria a vários grupos desenvolverem algoritmos e protocolos de softwares quânticos.

Cinco formas como a tecnologia está transformando a experiência olímpica para atletas

Os Jogos Olímpicos vêm, ao longo dos anos, cada vez mais adotando novas tecnologias que auxiliam na evolução e nos resultados dos atletas. Não é diferente nas Olimpíadas de Paris, que tiveram início no final de julho.

As vantagens da aplicação da tecnologia no desenvolvimento dos esportistas é evidente. Porém, vale ficarmos atentos a alguns desafios. “Apesar do cenário positivo, é necessário considerar as questões éticas envolvidas na integração da tecnologia”, afirma Daniel Eron, especialista em Blockchain da NAVA Technology for Business. “A desigualdade na disponibilidade da tecnologia pode criar vantagens injustas. Há também risco à privacidade dos dados dos atletas e de dependência excessiva, o que pode substituir o julgamento humano e afetar a integridade das competições. É preciso encontrar um equilíbrio que assegure a privacidade e o acesso sem comprometer o caráter humano dos eventos esportivos.”

Para destacar as principais inovações atuais que têm contribuído para esse desenvolvimento, a NAVA elenca cinco tecnologias que estão revolucionando os Jogos Olímpicos, trazendo avanços notáveis na preparação e desempenho dos atletas.

**1- Sensores e Wearables:** esses dispositivos monitoram a atividade física e a saúde dos atletas, coletando dados essenciais para análise de desempenho.

**2- Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning (ML):** utilizadas para personalizar treinamentos, essas tecnologias analisam grandes volumes de dados históricos e fisiológicos, ajudando a desenvolver programas de treino mais eficazes e a prever lesões, balancear dietas de maneira a garantir a segurança e a longevidade dos atletas.

**3- Realidade Aumentada (AR) e Realidade Virtual (VR):** a AR e a VR são empregadas em simulações de treino e análise tática, permitindo que os atletas aprimorem suas habi-

lidades em ambientes simulados sem a necessidade de presença física.

**4- Drones e Robótica:** Esses sistemas capturam imagens e dados de ângulos inusitados, monitorando os treinos e oferecendo novas perspectivas e insights detalhados sobre o desempenho dos atletas e suas táticas.

**5- Cloud Computing:** Faci-

lita a transmissão de dados em tempo real e o armazenamento de grandes volumes de informações. Essa tecnologia assegura que os dados coletados sejam rapidamente acessíveis e analisáveis, permitindo ajustes imediatos em treinamentos e estratégias.

Além das tecnologias mencionadas, as próximas edições

dos Jogos Olímpicos poderão incorporar inovações como o Biofeedback Avançado, que oferece análises em tempo real da biomecânica dos atletas, e a Impressão 3D, que possibilita a criação de equipamentos esportivos personalizados. A tecnologia de recuperação também está se aprimorando, com o uso de câmaras de crioterapia e dispo-

sitivos de massagem automatizados que aceleram o processo de recuperação muscular.

Algumas tecnologias foram proibidas por oferecerem vantagens desleais. Por exemplo, os trajes de banho de poliuretano, que reduziram significativamente a resistência à água, foram banidos na natação após os Jogos Olímpicos de Pequim 2008.

(Foto: Divulgação)





LANÇAMENTOS/LIVROS

9ª Primavera dos Livros de São Paulo chega ao Galpão Cultural Elza Soares a partir de 30/8

O livro enquanto patrimônio cultural e histórico e a bibliodiversidade percebida como ensejo prático da democracia são os valores que norteiam a curadoria da Liga Brasileira de Editoras (LIBRE) e a Câmara Periférica do Livro (CPL) para a promoção da 9ª Primavera dos Livros de São Paulo, encontro que reúne editoras, livreiros, autores e educadores de arte que, reunidos, celebram a importância de um olhar crítico e coletivo para o mercado de produção literária do país. Este ano, o evento ocorrerá entre 30 de agosto e 1º de setembro, no Galpão Cultural Elza Soares, do Armazém do Campo, um espaço democrático localizado na região central da cidade que acolherá, além de mais de 50 editoras expositoras, uma intensa programação de debates, palestras e oficinas.

Entre os destaques da programação, estão discussões importantes para o universo do livro. Uma das mesas confirmadas vai discutir “Censura e crítica na literatura para as infâncias: o perigo da falsa simetria”, com apoio de A Casa Tombada e mediação da jornalista e professora Cristiane Rogério. Para a mediadora, “toda vez que alguém fala sobre um livro ter sido ‘censurado’ em alguma escola, biblioteca ou qualquer outro acervo voltado à infância eu questiono qual livro é, quem reclamou dele e por quê. Isso porque a ideia da censura – horrorosa, principalmente para nós, brasileiros com memória – assusta tanto que, muitas vezes, engole o debate. Passa-se o tempo todo, especialmente nas redes sociais, mais falando do ato e menos do livro. E por que isso seria importante? Porque hoje estamos nos revendo como sociedade e estamos reven-

do, sim, o que produzimos para a literatura e as infâncias no último século no Brasil. Temos muito do que nos envergonharmos e é preciso falar sobre isso. A censura não pode engolir a crítica e nem a crítica pode determinar a censura, e é justamente enfrentar este debate o melhor caminho para avançarmos juntos”.

A mesa será formada pela escritora Heloisa Pires de Lima, pelo ilustrador Rodrigo Andrade, pelo pesquisador João Luís Cecantini e pela editora Valeria Pergentino (Ed. Solisluna) e acontece no sábado, dia 31 de agosto, às 15h30.

Este ano, um novo Plano Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) está em discussão e ano que vem será renovado, após 10 anos de vigência, o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB) de São Paulo. Em paralelo, estão em andamento as gestões para a criação do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de São Paulo. Representantes das três instâncias também estarão presentes para discutir essas políticas públicas estruturantes da área do livro.

O evento também conta com intervenções de slams e saraus e com programação para crianças com O Casulo Viajante, uma Kombi transformada em espaço de contação de histórias e música.

A programação, que é totalmente gratuita e se apoia numa curadoria pautada em valores como a representatividade e a resistência perante a lógica mercadológica dos eventos literários nas metrópoles, acontecerá diariamente, das 11h às 20h.

A partir da temática “Bibliodiversidade: pilar da Democracia”, a Primavera dos Livros

(Foto: Divulgação)



exerce papel significativo na luta por um mercado editorial mais amplo, que incluía todas as faixas sociais em todos os níveis da atividade. Nesse sentido, um dos grandes trunfos do evento é promover a visibilidade de obras que nem sempre estão disponíveis nas grandes redes de livrarias, permitindo uma troca direta entre leitor, editora e autor, além de criar parcerias fundamentais como essa onde atuam a Ação Educativa e a CPL – Câmara do Livro Periférico. Lizandra Magon de Almeida, atual presidente da LIBRE, destaca que o livro é o pilar do debate ampliado, público e inclusivo. Segundo Lizandra, sem livro, não haveria política popular nem democracia. A ascensão do povo como parte da vida política e, portanto, a construção da democracia, a partir do século XIX, se dá paralelamente, mas não por acaso, à ascensão do livro enquanto objeto público e mercadoria.

Ante tais objetivos, a aproximação da Primavera dos Livros

com a CPL - Câmara Periférica do Livro consolida o desejo das duas entidades em trabalhar de forma coletiva e fortalecer vozes e escritas que traduzam o sentimento de representatividade. “Realizar a terceira edição da Feira do Livro Periférico junto com a Primavera dos Livros será um grande estímulo para as mais de 30 editoras que estão articuladas na CPL. Será um espaço de troca e aprendizado com quem está na batalha do livro há muito mais tempo do que nossas editoras periféricas, a maioria constituída nos últimos dez anos”, comenta Eleilson Leite, responsável pela CPL e coordenador da área de cultura da Ação Educativa, instituição que há 30 anos atua nos campos da educação, da cultura e da juventude. A CPL - Câmara Periférica do Livro, por sua vez, é uma rede criada para atuar no fortalecimento de editoras e selos atuantes nas periferias de São Paulo e cidades limítrofes do Rio de Janeiro e de Belém, no Pará.

Em 29 de agosto, antecedendo o evento, acontece o tradicional Dia do Editor, com palestras e mesas de discussão voltadas ao fazer editorial. A programação especial acontecerá na recém-inaugurada Livraria Expressão Popular, na Al. Nothmann, 806, Campos Elíseos, das 10h às 18h, e toda a programação estará disponível no @ligabrasileiradeeditoras e em www.libre.org.br

A Primavera dos Livros, que tem origem no ano de 2002, no Rio de Janeiro, e parte para sua 9ª edição em terras paulistanas, foi idealizada para subverter o mercado que prioriza e facilita somente grandes editoras, em eventos que possuem uma lógica de mercado que não consegue entender profundamente a diversidade presente nos títulos de editoras pequenas e independentes. Atualmente, a entidade reúne quase 200 editoras independentes do país, e a Primavera dos Livros é parte da estratégia da instituição para chamar atenção às políticas

relacionadas ao livro e à abertura do mercado editorial para assuntos como sexualidade, racismo e a questão das mulheres, entre outros assuntos sensíveis à sociedade contemporânea e fundamentais para uma representatividade democrática e justa.

A Primavera dos Livros | Feira do Livro Periférico é realizada pela Ação Educativa com o Ministério da Cultura e pela Liga Brasileira de Editoras, e conta com o apoio da Forma Certa, Digitaliza, A Casa Tombada, Centro Universitário Assunção e produção da AM3.

SERVIÇO:

Primavera dos Livros

Local: Galpão Cultural Elza Soares, Alameda Eduardo Prado, 474 - Campos Elíseos

Datas: de 30 de agosto a 1º de setembro

Horários: diariamente, das 11h às 20h

Entrada gratuita

@ligabrasileiradeeditoras e www.libre.org.br

Trilha Sonora da Segunda Temporada da Série Original O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder Será Lançada Mundialmente em 23 de agosto

A trilha da segunda temporada foi composta novamente por Bear McCreary, ganhador do prêmio Emmy. A trilha sonora inclui duas novas canções com a participação de cantores/músicos renomados Rufus Wainwright e Jens Kidman

Os astros da série Sophia Nomvete, Benjamin Walker, Rory Kinnear e Daniel Weyman também são vocalistas em várias faixas.

O Amazon MGM Studios anunciou hoje que O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder (Segunda temporada: trilha sonora da série Original Amazon) será lançado mundialmente em 23 de agosto, vinculado ao retorno altamente antecipado da série no final deste mês. Disponível em todos os serviços de streaming de música, a trilha sonora completa da segunda temporada da série Original Amazon foi composta pelo vencedor do prêmio Emmy® Bear McCreary (Da Vinci's Demons). A trilha sonora também incluirá duas novas músicas com a participação dos vocalistas Rufus Wainwright e Jens Kidman, respectivamente. A segunda temporada de O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder será a mais recente adição à assinatura Amazon Prime. Membros Prime no Brasil desfrutam de economia, conveniência e entretenimento, tudo em uma única assinatura.

A trilha sonora da segunda temporada estará disponível em formato digital e por streaming em 23 de agosto e, na mesma data, o vinil poderá ser comprado na pré-venda no Amazon Music. Uma edição especial de colecionador também estará disponível para pré-venda exclusivamente no Amazon Music. Após cada episódio, o Amazon Music lançará um álbum semanal com a trilha sonora do episódio, disponível apenas no Amazon Music.

Para a primeira temporada de O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder o compositor Bear McCreary fez uma tapeçaria de orquestra sinfônica com instrumentos folclóricos de toda a Europa e do norte da África, combinados com vocalistas solo e corais can-



tando nos idiomas icônicos dos livros de J.R.R. Tolkien. Para a segunda temporada, McCreary construiu sobre essa base com novos temas e cores dinâmicos, incluindo o coro feminino búlgaro e a gadulka para Rhûn, o coro infantil da cidade pastoral de Ereinion, o violino Hardanger para a nova personagem Estrid, além de sussurros mortais para os aterrorizantes Barrow-wights.

Depois de colaborar com Fiona Apple na primeira temporada em “Where the Shadows Lie”, McCreary continua a tradição convidando dois vocalistas para se juntarem a ele em novas músicas para a trilha sonora da segunda temporada. O artista indicado ao Grammy, Rufus Wainwright, traz uma introspecção ponde-

rada em sua interpretação de “Old Tom Bombadil”. “The Last Ballad of Damrod”, uma música sobre um cruel Hill-troll, ganha uma vida aterrorizante e gritante com Jens Kidman, o inesquecível vocalista da banda sueca de metal Meshuggah, indicada ao Grammy. Mesmo enquanto equilibra essas diversas influências musicais, McCreary sempre se refere aos escritos de Tolkien para se inspirar. “Tenho a honra de continuar nessa jornada, dando vida aos eventos da Segunda Era de Tolkien na tela”, diz McCreary.

As estrelas da série Sophia Nomvete, Benjamin Walker, Rory Kinnear e Daniel Weyman também emprestam seus talentos vocais a várias músicas da trilha sonora. A personagem anã

de Nomvete, a Princesa Disa, é uma ressonadora principal que canta para a montanha, enquanto Walker, que interpreta um rei élfico, canta uma música triste no idioma élfico de J.R.R. Tolkien. Kinnear, que se junta à série nesta temporada como a primeira versão live-action do personagem favorito dos fãs, Tom Bombadil, e Weyman, que interpreta o misterioso Estranho, também colaboraram em uma reprise de “Old Tom Bombadil”.

“Esta nova trilha sonora é uma companhia impressionante para a exploração contínua da Segunda Era da série”, disse Bob Bowen, chefe mundial de música do Amazon MGM Studios. “Com a estreia da segunda temporada no horizonte, estamos animados

para dar aos fãs um novo vislumbre da série épica.”

Na segunda temporada de Os Anéis de Poder, Sauron retornou. Expulso por Galadriel, sem um exército ou aliado, o Lorde das Trevas em ascensão deve agora confiar em sua própria astúcia para reconstruir sua força e supervisionar a criação dos Anéis de Poder, que lhe permitirão ligar todos os povos da Terra Média à sua vontade. A nova temporada mergulha até mesmo seus personagens mais queridos e vulneráveis em uma maré crescente de escuridão, desafiando cada um a encontrar seu lugar em um mundo que está cada vez mais à beira da calamidade. Elfos e anões, orcs e homens, feiteceiros e Harfoots...

à medida que as amizades se desgastam e os reinos começam a se fragmentar, as forças do bem lutarão cada vez mais bravamente para manter o que é mais importante para eles... uns aos outros.

O Senhor dos Anéis: Os Anéis de Poder leva às telas, pela primeira vez, as lendas heroicas da lendária Segunda Era da história da Terra Média. Esse drama épico é ambientado milhares de anos antes dos eventos dos livros O Hobbit e O Senhor dos Anéis, de J.R.R. Tolkien, e levará os espectadores de volta a uma era em que grandes poderes foram forjados, reinos ascenderam à glória e caíram em ruínas, heróis improváveis foram testados, a esperança ficou suspensa pelos mais finos fios e o maior vilão que já saiu da caneta de Tolkien ameaçou cobrir o mundo inteiro de escuridão.

A primeira temporada de Os Anéis de Poder foi um sucesso sem precedentes, vista por mais de 100 milhões de pessoas em todo o mundo, com mais de 32 bilhões de minutos transmitidos. A série atraiu mais de 25 milhões de espectadores globais em seu primeiro dia, marcando a maior estreia da história do Prime Video, e também estreou como o programa número 1 na tabela geral de streaming da Nielsen em seu fim de semana de estreia. A série gerou mais inscrições no Prime em todo o mundo durante sua janela de lançamento do que qualquer outro conteúdo anterior até o momento. O final da temporada também criou um momento cultural global, com várias hashtags temáticas da série, incluindo #TheRingsofPower e outras, que foram tendência em 27 países no Twitter por mais de 426 horas acumuladas durante o fim de semana.





LANÇAMENTOS/LIVROS

6 livros juvenis para ajudar no Enem

Para atingir nota mil na redação do Enem, a coordenadora de literatura e informativos da SOMOS Educação, Laura Vecchioli do Prado, indica obras que contribuem para um bom repertório sociocultural

(Foto: Divulgação)



Uma das maiores inquietações dos estudantes que vão realizar o Enem é a redação. Esta etapa corresponde a 20% da pontuação total da prova, portanto um bom texto pode elevar significativamente a média e aumentar as chances de

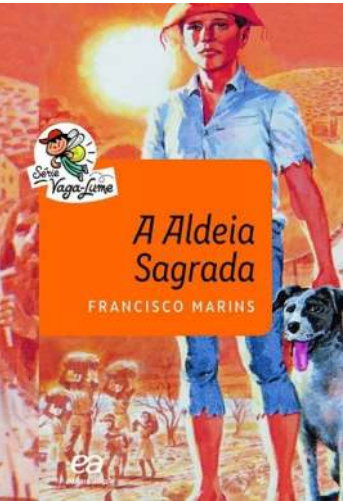
o estudante ingressar na faculdade de seus sonhos. Para escrever uma redação nota mil, é necessário, entre outros conhecimentos, um repertório sociocultural de qualidade. Este, além de colaborar com a discussão tratada, é um

ponto que faz parte da competência 2 das 5 exigidas pela Cartilha do Participante, elaborada pelo Inep. De acordo com o documento, esse repertório “se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de

alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta”. No entanto, para ter um bom repertório, decorar os marcos históricos não é suficiente. Nesse sentido, a literatura pode contribuir para a construção do

conhecimento. A coordenadora de literatura e informativos da SOMOS Educação, Laura Vecchioli do Prado, explica que “os livros trazem experiências e percepções para os jovens, que podem ser uma maneira mais leve e prática de ter repertório

cultural para escrever citações na redação do Enem”. A fim de ajudar estudantes na ampliação do repertório, a especialista listou 6 obras literárias juvenis que podem subir a nota do Enem. Veja quais!



**1- A aldeia sagrada, de Francisco Marins – Editora Ática**  
**Preço:** R\$ 80,00  
**Autor:** Francisco Marins  
**Páginas:** 144  
**Segmento:** Literatura juvenil  
O livro conta a história de Didico, que, enquanto foge da seca do sertão, descobre o arraial de Canudos, em 1897. Didico leva uma vida tranquila no sertão baiano, na segurança das terras de seus queridos padrinhos. Entretanto, quando a chuva teima em não chegar e a terrível seca está cada vez mais próxima, tudo se transforma. A obra faz um paralelo com a realidade, emergindo o leitor na guerra dos militares contra a comunidade de Antônio Conselheiro.



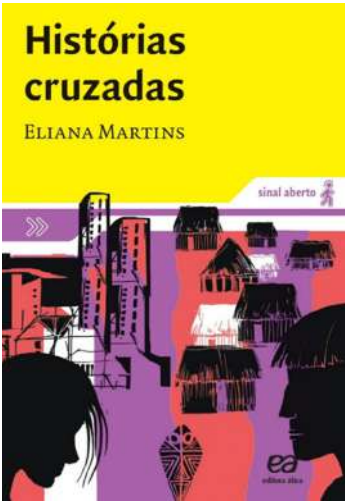
**2- Meu nome é Parvana, de Deborah Ellis – Editora Ática**  
**Preço:** R\$ 80,00  
**Autora:** Deborah Ellis  
**Páginas:** 207  
**Segmento:** Literatura juvenil  
Após perder seu pai e ir para um campo de refugiados, Parvana, uma garota afegã, recomeça sua vida ao lado da mãe e dos irmãos, após a queda do Talibã. Neste contexto, a família de Parvana decide construir uma escola apenas para garotas, enfrentando o preconceito dos aldeões que não aceitam que mulheres estudem. A garota supera desafios para sobreviver e manter a família unida.



**3- O que é que eu posso fazer?, de Tânia Alexandre Martinelli – Editora Atual**  
**Preço:** R\$ 86,00  
**Autora:** Tânia Alexandre Martinelli  
**Ilustradora:** Marcelo Martins  
**Páginas:** 120  
**Segmento:** Literatura juvenil  
Thiago presencia um assalto realizado por dois jovens em um ônibus. Um deles é morto por um policial que estava entre os passageiros, enquanto o outro é preso. Após presenciar a violência, o garoto passa a refletir sobre desigualdade social e se questionar sobre o que poderia ser feito para que outros meninos não tivessem o mesmo destino dos dois assaltantes.



**4- O relógio do mundo, de Lino de Albergaria – Editora Atual**  
**Preço:** R\$ 80,00  
**Autor:** Lino De Albergaria  
**Ilustrador:** Rogério Borges  
**Páginas:** 64  
**Segmento:** Literatura juvenil  
O equilíbrio ecológico está prestes a ser rompido pela ganância do homem no conflito entre a cidade de Cravo Branco e o reino encantado de Curura. O jovem Casemiro Correia enfrenta desafios para ajudar os habitantes de Cravo Branco a compreender o funcionamento do “relógio do mundo” e a restabelecer a paz entre as duas cidades.



**5- Histórias cruzadas, de Eliana Martins – Editora Ática**  
**Preço:** R\$ 71,00  
**Autor:** Eliana Martins  
**Ilustrador:** Fernando Vilela  
**Páginas:** 176  
**Segmento:** Literatura juvenil  
Na esperança de que alguém encontre um poderoso artefato em tempos de paz, um pajé foge para escondê-lo na floresta. Enquanto isso, três irmãos se preparam para uma expedição pelo Brasil para demarcar terras para a expansão econômica. Em outros tempos, uma jovem estudante, às vésperas do vestibular, fica em dúvida quanto ao futuro, principalmente quando começa a ter sonhos com um velho indígena que pede a ajuda dela.



**6- A lenda do tesouro farroupilha, de Luís Dill – Editora Ática**  
**Preço:** R\$ 78,00  
**Autora:** Luís Dill  
**Páginas:** 136  
**Segmento:** Literatura juvenil  
Arachane, Breno e Américo visitam o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, buscando inspiração para uma curta-metragem. Lá, veem uma mulher jogar, aos prantos, uma carta no lixo. Arachane recupera a carta que contém, além de uma comovedora mensagem familiar, a menção à lenda do tesouro farroupilha. Será que a lenda existe mesmo? E o que tem a ver com a história de Porto Alegre?

Prime Video Anuncia Data de Estreia de Sua Culpa para 27 de Dezembro

O primeiro filme da trilogia, Minha Culpa, foi o maior sucesso de um Original de língua não inglesa na história do Prime Video

Prime Video anuncia o lançamento do filme espanhol Original Sua Culpa para 27 de dezembro, seguindo o sucesso global de Minha Culpa, que estreou no ano passado. A produção, baseada no primeiro livro da trilogia Culpable, best-seller do New York Times escrito por Mercedes Ron, ficou entre os 10 títulos mais assistidos em mais de 190 países. A sequência Sua Culpa será a mais recente adição à assinatura Amazon Prime. Membros Prime no Brasil desfrutaram de economia, conveniência e entretenimento, tudo em uma única assinatura.

Sua Culpa traz de volta Nicole Wallace (Skam España, Parot) e Gabriel Guevara (Mañana es Hoy, Hit) nos papéis de Noah e Nick. Também continuam em seus papéis Marta Hazas (Días mejores, Pequeñas coincidencias), Iván Sánchez (Bosé, Hospital Central), Victor Varona (Cielo Grande, Dani Who?) e Eva Ruiz. Além disso, juntam-se ao elenco desta sequência a atriz Goya Toledo (Amores perros, Veneno) como Anabel, Gabriela Andrada (Los pro-

tegidos ADN, Los herederos de la tierra) como Sofia, Álex Béjar (Élite, Al fondo hay sitio) como Briar, Javier Morgade (Desaparecidos, Del fin de plata) como Michael e Felipe Londoño (Entrevías, Perfil falso) como Luca. O amor entre Noah e Nick parece inquebrável, apesar das manobras de seus pais para separá-los. Mas o emprego dele e a entrada dela na faculdade abrem suas vidas para novos relacionamentos. O aparecimento de uma ex-namorada em busca de vingança e da mãe de Nick com intenções pou-

co claras abalará os alicerces não apenas do relacionamento deles, mas da própria família Leister. Quando tantas pessoas querem destruir uma história de amor, será que ela realmente pode terminar bem? Sua Culpa foi dirigido por Domingo González (Minha Culpa, El Bar), que também retorna como roteirista ao lado de Sofia Cuenca, e produzido pela Pokeepsie Films (Banjay Iberiai) (Veneciafrenia, 30 monedas, El bar), com Álex de la Iglesia e Carolina Bang como produtores.



Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676